

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas**  
**Especialização em História e Culturas Políticas**

**O repertório da ação coletiva estudantil:  
Contestação à ditadura militar em Belo Horizonte, 1964 a 1968**

Rayanne Nunes Abranches

**Belo Horizonte**  
**Jan. 2013**

**Rayanne Nunes Abranches**

**O repertório da ação coletiva estudantil:  
Contestação à ditadura militar em Belo Horizonte, 1964 a 1968**

Monografia apresentada ao curso de  
Especialização em História e Culturas  
Políticas da Universidade Federal de Minas  
Gerais.

Orientadora: Juniele Rabêlo de Almeida

**Belo Horizonte  
Jan. 2013**

## **AGRADECIMENTOS**

No decorrer dessa pesquisa, foi possível perceber que, apesar da “escrita monográfica”, esse trabalho não seria possível sem a ajuda, direta ou indireta, de algumas pessoas especiais.

Agradeço à Juniele Rabêlo de Almeida, pelas inspiradoras aulas e orientações. Muito obrigada, pelas dicas e comentários sempre pertinentes.

Aos meus pais, Elessandra e Carlos, pelo apoio em todos os momentos. Amo vocês.

Ao companheiro Leonardo Caldeira, pelo estímulo e força incondicional para prosseguir em meio à caminhada. Obrigada, meu amor!

Ao amigo Lucas Souto, pelo companheirismo desde os tempos de graduação: "é nós, Lucão!"

Deixo à vocês, meu singelo sentimento de gratidão.

*“É perigosa a situação que se apresenta? Tanto melhor. Nos dias de opressão, ser oposição é uma honra. A desonra é ser governo”.*

*“Os regimes que subjugam em vez de esclarecer, não conseguem jamais levar ao coração das maiorias o assentimento de uma adesão sincera à ordem estabelecida.”*

*Rui Barbosa*

## **RESUMO**

O principal objetivo desse trabalho consiste no estudo do repertório de ação coletiva dos estudantes em protesto ao regime civil-militar na região central de Belo Horizonte, de 1964 a 1968. A partir do conceito de repertório de ação coletiva, desenvolvido por Charles Tilly, pretende-se analisar as estratégias de ações, táticas de mobilização, divulgação, ocupação dos espaços de manifestação, bem como o enfrentamento da repressão. Ao buscar delimitar ritos, práticas e símbolos utilizados pelos estudantes em protesto, tal projeto visa contribuir para os estudos acerca das culturas políticas reveladas no Movimento Estudantil belo-horizontino, além de compreender quais espaços da cidade eram apropriados por esse grupos nas ações coletivas de protesto.

**Palavras-chave:** Repertório de Ação Coletiva; Movimento estudantil; Ditadura Militar.

## **ABSTRACT**

The main objective of this work is the study of repertoire of collective action of the students in protest to the civil-military regime in the central region of Belo Horizonte, from 1964 to 1968. From the concept of repertoire collective action, developed by Charles Tilly, intend to analyze the strategies of actions, tactics of mobilization, dissemination, occupation of manifestation spaces, as well to confront the repression. In searching to define rites, practices and symbols used by students in protest, this project aims contribute to studies about the political cultures revealed in the student movement of Belo Horizonte, besides to understand what spaces from the city was used by this group on collective actions of protest.

**Keywords:** Repertoire of collective action; Student Movement; Military Dictatorship.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1: Limites da Avenida do Contorno .....</b>	<b>39</b>
<b>Figura 2: Disposição das Faculdades e Diretórios Estudantis no centro de Belo Horizonte. ....</b>	<b>42</b>
<b>Figura 3: Convite para a Marcha da Família com Deus pela Liberdade.....</b>	<b>45</b>
<b>Figura 4: Manifestantes se refugiando na Igreja São José. ....</b>	<b>53</b>
<b>Figura 5: A passeata do Silêncio, desdobramento da passeata do Calouro. ....</b>	<b>54</b>
<b>Figura 6: Boletim em busca de apoio ao Congresso da UNE. ....</b>	<b>55</b>
<b>Figura 7: Boletim apreendido pelo DOPS convocando para uma concentração de Protesto em frente à Igreja São José.....</b>	<b>65</b>

## LISTA DE SIGLAS

**AI – Ato Institucional**

**AP – Ação Popular**

**ARENA – Aliança Renovadora Nacional**

**CUTAL – Congresso dos Trabalhadores da América Latina**

**D.A – Diretório Acadêmico**

**D.E – Diretórios Estaduais**

**DCE – Diretório Central dos Estudantes**

**DOPS – Departamento de Ordem Política e Social**

**DVS – Departamento de Vigilância Social**

**FAFICH – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas**

**IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática**

**IPES - Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais**

**IPM's – Inquéritos Policial-Militar**

**JUC – Juventude Universitária Católica**

**MCD – Movimento Contra Ditadura**

**MDB - Movimento Democrático Brasileiro**

**MEB – Movimento de Educação de Base**

**MEC/USAID – Ministério da Educação e Cultura/ Agência Internacional do desenvolvimento dos Estados Unidos**

**PM – Polícia Militar**

**PSD – Partido Social Democrático**

**PTB – Partido Trabalhista Brasileiro**

**PUC – Pontifícia Universidade Católica**

**UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas**

**UCMG – Universidade Católica de Minas Gerais**

**UDN – União Democrática Nacional**

**UEE – União Estadual dos Estudantes**

**UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais**

**UME - União Metropolitana dos Estudantes**

**UMG – Universidade de Minas Gerais**

**UNE – União Nacional dos Estudantes**

**VUNC - Valor, unidade, números e comprometimento**



## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2. REPERTÓRIO DA AÇÃO COLETIVA .....</b>	<b>14</b>
2.1 Teorias dos movimentos sociais.....	15
2.2 A teoria do Processo Político para análise dos protestos estudantis.....	23
<b>3. ESTRUTURA DE OPORTUNIDADES POLÍTICAS NO BRASIL: UM BREVE PANORAMA.....</b>	<b>25</b>
3.1 Estrutura de Oportunidades Políticas .....	26
3.1.1 Pré-1964: a construção do golpe.....	27
3.1.2 Pós-1964: consolidação da ditadura.....	31
<b>4. ESTUDANTES EM PROTESTO NA CAPITAL MINEIRA .....</b>	<b>37</b>
4.1 A região central de Belo Horizonte: lugar-síntese das ações coletivas .....	37
4.2 Efervescência social em Belo Horizonte: pré-1964.....	43
4.3 Oposição/resistência em Belo Horizonte no pós-1964 .....	46
4.3.1.1 Primeira fase: os anos iniciais da ditadura (1964 – 1965).....	47
4.3.1.2 Segunda fase: reorganização dos movimentos de oposição/ resistência (1966 – 1968) .....	51
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>69</b>
<b>LISTA DE FONTES.....</b>	<b>71</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>80</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O golpe de 1964 inaugurou um longo período ditatorial que perdurou até 1985, no qual, apesar dos mecanismos autoritários, o Estado não conseguiu evitar que grupos sociais manifestassem sua insatisfação contra sua política repressiva. Logo, esse mesmo período ficou caracterizado por significativas manifestações coletivas de contestação a esse regime de exceção. Essas manifestações de contestação ocorreram em várias regiões do país e contavam principalmente com a participação de estudantes. A capital mineira também foi palco dessas movimentações de protesto e resistência.

Sendo assim, esse trabalho tem por objetivo o estudo do *repertório de ação coletiva estudantil* de contestação ao regime civil-militar em Belo Horizonte, de 1964 a 1968. Assim, pretende-se identificar as estratégias estudantis de protestos, mobilização, divulgação, ocupação dos espaços e enfrentamento da repressão militar na capital mineira.

O mítico ano de 1968<sup>1</sup> ficou marcado por ampla movimentação e efervescência política e, portanto, várias manifestações entraram no rol de grupos e entidades sociais por todo o país (VENTURA, 1988). Em uma lógica dialética de Estado/Oposição, em contrapartida aos crescentes protestos contra o governo, o Ato Institucional nº 5 foi instaurado, abafando a efervescência política e social do período (CODATO, 2004). Esse Ato Institucional ampliou a utilização do aparato repressivo do Estado, restringiu a ação do Judiciário e concedeu aos sistemas de informações autoridade para investigar e punir as ações de milhares de brasileiros.

Podiam-se efetuar prisões sem acusação formal e sem mandado. Juntamente com as restrições do Judiciário, isto impediria advogados e outros que defendiam os presos políticos de aplicar as garantias legais. Não podiam assim evitar sérios abusos de poder e tortura dos presos políticos (ALVES, 2005, p. 134).

Codato (2004, p. 15 - 16), referindo-se ao Ato Institucional nº 5, afirma que

---

<sup>1</sup> Sob a égide da utopia revolucionária, 1968 tornou-se sinônimo de rebelião mundial, principalmente através dos estudantes. Esse ano não existiu de forma isolada, ele foi o ponto culminante de uma década de movimentos juvenis que se espalharam pelo mundo. Sobre os movimentos estudantis no Brasil ver ARAÚJO, 2007; MARTINS FILHO, 1998; VALLE, 1999.

os limites severos fixados à atividade política e aos direitos civis revelam a disposição em continuar, agora em estágio superior, o 'movimento de 31 de março de 1964' e restringem bruscamente a possibilidade da retomada do controle civil sobre a 'Revolução'.

Em virtude das consequências do AI-5, o corte temporal desse trabalho (1964 a 1968) explica-se, pois, a partir de dezembro de 1968, com a promulgação desse Ato, há um significativo endurecimento do regime, em que tais manifestações foram amplamente proibidas.

Dessa forma, a pesquisa pretende contribuir para os estudos historiográficos sobre o período aludido, tendo em vista a necessidade de trazer à tona a discussão sobre a instauração e execução do regime civil-militar, bem como os movimentos estudantis de oposição e resistência existentes na cidade de Belo Horizonte.

Quando analisamos os estudos realizados até então sobre a ditadura civil-militar no Brasil, é notória a abordagem quase exclusiva sobre São Paulo e Rio de Janeiro. Apesar disso, ocorriam “passeatas, ocupações, protestos, comícios, lutas de rua em todo o país, e sobretudo nas capitais dos estados, mas não apenas nelas, também em cidades médias e pequenas” (REIS FILHO, 1999, p. 70). Marcelo Ridenti (1999, p. 57) afirma que esses movimentos de protestos ocorriam também fora do eixo Rio - São Paulo, porém, esses estudos ainda são raros.

Portanto, a realização de um trabalho para analisar as movimentações existentes contra o regime ditatorial em Minas Gerais, mais precisamente em Belo Horizonte, na região central da cidade, adquire maior relevância. Justificando o estudo da ditadura em Minas Gerais, Starling (1986, p. 16) afirma que a História de Minas não se resume somente ao ciclo aurífero e nas velhas oligarquias, como frequentemente, pensa-se. É possível redefinir o papel de Minas Gerais nesse conturbado período nacional, através de novos olhares e interpretações acerca do assunto referente a essa pesquisa.

Grande parte dos estudos sobre oposição ao regime – monografias, teses e dissertações – privilegiam a opção pela luta armada, através das guerrilhas. Porém, esse trabalho tem por objetivo analisar a oposição por meio das manifestações de rua; assunto pouco abordado na historiografia mineira.

No que tange aos aspectos metodológicos da pesquisa, inicialmente foi realizada intensa leitura referente ao contexto histórico do período João Goulart, seguido do golpe de Estado, bem como dos governos de Castello Branco e Costa Silva. Posteriormente,

uma pesquisa sobre os principais paradigmas dos movimentos sociais foi desenvolvida, tendo em vista o uso do conceito de repertório de ação coletiva.

A partir dessa etapa, realizou-se a análise das fontes jornalísticas do periódico *Estado de Minas*, utilizado, inicialmente, para mapear as ações de protestos dos estudantes ocorridas na região central de Belo Horizonte. As reportagens divulgam os dias previstos para protestos e/ou as noticiam no dia seguinte - quando as mesmas não são divulgadas previamente nesse meio. Nessas notícias, é possível obter informações gerais sobre as ações coletivas como trajeto das manifestações, táticas e estratégias, estimativa do número de envolvidos, ação policial e número de presos.

O jornal "reflete constantemente a vida política do país com todas as deformações que se queira, vê-se aí resumido com relevo acentuado, o jogo que é jogado no mundo político" (JEANNENEY, 1996, p. 225). Deve-se ter em mente que a notícia é uma construção: existem muitos filtros entre o acontecimento e sua apresentação como notícia, seu conteúdo indica interesses políticos tanto para a sua persuasão quanto para o esquecimento. Conforme defende Capelato (1988, p. 18) na imprensa os direitos dos cidadãos confundem-se com os do dono do jornal. A partir da utilização dessa fonte, supera-se a concepção antiga de documento, na qual os jornais tinham pouca ou nenhuma expressividade na construção do conhecimento histórico (LUCA, 2005, p.112).

No que se refere à escolha do jornal *Estado de Minas*, verifica-se que o mesmo pode ser classificado como um periódico diário, considerado como o principal jornal do Estado. Esse jornal possui um caráter "... eclético, que apresenta um conteúdo amplo – informações regionais, nacionais, internacionais, cadernos especializados – e se destaca sobretudo enquanto referência local" (FRANÇA, 1998, p. 16). O *Estado de Minas* é um jornal tradicional que se identifica com os setores mais conservadores da sociedade e por isso, possui marcadamente cunho de direita. Apesar disso, o *Estado de Minas* foi escolhido em virtude de sua maior circulação no Estado, conforme foi ressaltado.

Após essa etapa, os documentos do Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais (DOPS – MG) foram analisados para que os mesmos pudessem servir de apoio para o mapeamento de informações sobre as manifestações coletivas de contestação ao regime. Esse órgão do aparato repressivo existiu em vários Estados brasileiros desde as primeiras décadas do século XX até o término do regime militar, sendo, portanto, intrinsecamente vinculada à história do Brasil Republicano tanto nos

períodos autoritários (Estado Novo, Regime Civil-Militar), bem como na fase democrática, que se estende de 1945 a 1964.

Esse órgão estava à disposição dos governos com os objetivos de vigiar e/ou aprisionar certos indivíduos, combater determinados comportamentos e estigmatizar grupos inteiros tidos sempre como “subversivos”e, assim, perigosos para a ordem pública e a segurança nacional. Essa polícia política exercia constante vigilância da sociedade infiltrando nas relações sociais dos "subversivos", espalhando os sentimentos de terror e desconfiança.

A partir da década de 1990, tendo em vista o fim do regime militar e em meio ao processo de luta pelo restabelecimento das liberdades democráticas, parte dos acervos do DOPS tornou-se público, garantindo a pesquisa histórica que objetiva desvendar o véu do autoritarismo dos governos que utilizavam esse órgão repressor. No ano de 2012, foi sancionada uma nova Lei de Acesso à Informação que permite que qualquer cidadão possa consultar informações de interesse público armazenadas em instituições federais, estaduais e municipais. Anteriormente a essa lei, o acervo do DOPS/MG somente poderia pesquisar na sede do Arquivo Público Mineiro, mediante cadastro e assinatura de termo de responsabilidade. Atualmente, esse material já se encontra disponível no site do Arquivo Público Mineiro, democratizando o acesso à informação pública e possibilitando a consulta de registros para melhor compreensão de períodos históricos<sup>2</sup>.

Sendo assim, o acervo do DOPS de Minas Gerais foi consultado para que boletins apreendidos, recortes de periódicos contendo a data prevista para manifestação - o que facilitava a organização da repressão -, boletins de ocorrência, depoimentos, dentre outras fontes, pudessem ser analisados.

A partir da metodologia utilizada, essa pesquisa se divide em três capítulos. O primeiro capítulo procura discutir os principais paradigmas dos movimentos sociais, passando pelo Paradigma Clássico, Mobilização de Recursos e Novos Movimentos Sociais, com destaque para o modelo da Mobilização Política e sua vertente, Confronto Político (*Contentious Politics*). Esse capítulo estabelece uma ponte entre as áreas do conhecimento histórico e sociológico.

Partindo da premissa de que o contexto político-institucional possibilita a emergência da ação coletiva e com o intuito de analisar o repertório de ação coletiva

---

<sup>2</sup>Sobre tal documentação, destaca-se a dissertação de Rosângela Pereira de Abreu Assunção, “DOPS/MG: Imaginário anticomunista e policiamento político (1935 - 1964)”, defendida em 2006 na UFMG.

estudantil de contestação ao governo militar, a Estrutura de Oportunidades Políticas – entre o final da Era Vargas e o pós-1964 – será avaliada no segundo capítulo. No terceiro capítulo, as ações coletivas dos estudantes em oposição à ditadura militar, no período de 1964 a 1968 são analisadas, levando em conta o perfil dos manifestantes, bem como as estratégias de manifestações.

Dessa maneira, pretendeu-se, por meio dos objetivos propostos, contribuir para os estudos acerca das culturas políticas<sup>3</sup> reveladas no Movimento Estudantil mineiro, ao delimitar os ritos, práticas e símbolos utilizados pelo mesmo, por meio de uma visão pautada na Nova História Política - vertente que se consolida a partir de 1980. De acordo com Falcon (1997, p. 76), na Nova História Política “poder e política passam ao domínio das representações sociais e de suas conexões com as práticas sociais...”. A partir desse marco teórico buscou-se uma nova abordagem da política, no qual o estudo de quadros institucionais e suas práticas, partidos, eleições, opinião pública e manifestações populares são contemplados.

---

<sup>3</sup> A cultura política pode ser compreendida como "conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados para o futuro." (MOTTA, 2009, p. 21)

## 2. REPERTÓRIO DA AÇÃO COLETIVA

Em diversos contextos históricos, setores da população se mobilizaram na luta por melhores condições de vida, liberdades políticas, dentre variados outros aspectos, e promoveram ações coletivas em virtude dessas demandas. Essas mobilizações são frutos da histórica desigualdade entre indivíduos. Portanto, podemos classificar movimentos sociais como fenômenos históricos decorrente de lutas sociais.

A definição de movimentos sociais apresenta significados distintos, variando de acordo com a concepção em que a mesma se desenvolve. Assim, apesar de “não haver uma definição única de movimentos sociais” (GOHN, 2007, p. 13), entende-se que representam o conjunto de ações coletivas dirigidas tanto à reivindicação por melhores condições de trabalho e vida, de caráter contestatório, quanto inspirado pela construção de uma nova sociabilidade humana, o que significa, em última análise, a transformação das condições econômicas, sociais e políticas fundantes da sociedade atual.

Movimentos sociais também podem ser compreendidos como formas de ação coletiva organizada e provenientes de contradições fundamentais ou de demandas conjunturais da sociedade. Os movimentos sociais expressam práticas organizativas, participativas, representações e interpretações sobre a experiência social. Assim, representam o conflito ou contradição de setores da sociedade pela conquista, administração de recursos e bens econômicos, políticos e culturais, almejam modificações e transformações nas relações constituídas. Contudo, há também movimentos que buscam a manutenção de instituições sociais.

A partir da década de 1960, o estudo sobre movimentos sociais ganhou *status* de objeto científico de análise e desenvolveu várias teorias. Segundo Gohn (2007, p. 10), isso ocorreu tendo em vista que os movimentos sociais ganharam visibilidade na própria sociedade, enquanto fenômenos históricos concretos. Além do desenvolvimento de teorias sobre o social, as teorias sobre as ações coletivas ganharam novos rumos. Dessa forma, desde a instituição acadêmica dos movimentos sociais como objeto de estudo, várias teorias e paradigmas abordam o tema a partir de diferentes pontos de vista. Tendo em vista esse aspecto, será realizado um breve panorama sobre principais paradigmas dos movimentos sociais, passando pelo Paradigma Clássico, Mobilização de Recursos e Novos Movimentos Sociais, com destaque para o modelo da Mobilização Política e sua vertente, Confronto Político (*Contentious Politics*).

## 2.1 Teorias dos movimentos sociais

O estudo da política tem sido marcado por uma “forte divisão disciplinar”, segundo McAdam e Tarrow (2011, p. 19). Durante a década de 1960, o estudo das instituições políticas era visto como campo da ciência política, enquanto a análise dos movimentos sociais cabia aos estudos psico-sociais. Os movimentos eram vistos como uma forma de comportamento coletivo; uma categoria de formas de comportamento que definiu o que era inusitado, exótico e irracional na vida social. Logo, os movimentos sociais não eram vistos como uma forma política.

Tais teorias foram inspiradas pelo estrutural-funcionalismo e pela tradição psicológico-social da Escola de Chicago. O chamado Paradigma Clássico, sobre os movimentos sociais nas ciências sociais norte-americanas, está associada ao próprio desenvolvimento da sociologia nesse país. Foi nos Estados Unidos que esse paradigma tornou-se hegemônico por várias décadas, apesar das diferentes ênfases e linhas. Esse modelo interpretativo clássico tinha em suas raízes as noções comportamentais de "psicologia das multidões", no qual as ações coletivas são expressão do colapso da sociedade e da anomia social.

A importância do Paradigma Clássico na atualidade se estende a dois aspectos: como parte da memória histórica das primeiras teorias sobre movimentos sociais e ações coletivas e como âmbito de referências e matizes teóricas de conceitos que foram retomados nos anos de 1990 pelo próprio paradigma norte-americano.

Na turbulência dos anos 1960, a teoria do comportamento coletivo foi rejeitada em favor de novas perspectivas que enfatizavam dimensões políticas e organizacionais, tendo em vista a insuficiência do Paradigma Clássico. Sendo assim, em virtude da demanda de novas interpretações, “nos anos 1970 três famílias de teorias dos movimentos sociais se apresentaram” (ALONSO, 2009, p. 51).

A Teoria da Mobilização de Recursos, ao contrário da teoria do comportamento, enfatizou a racionalidade das mobilizações coletivas. Esse modelo parte da premissa de que “o sucesso das organizações do movimento sociais depende tanto dos recursos materiais e humanos quanto das oportunidades presentes no contexto e da permeabilidade que as instituições políticas apresentam às suas reivindicações” (MAIA, 2009, p. 88).

O modelo da Mobilização de Recursos leva em conta, primariamente, como os movimentos se formam e se engajam em ação coletiva. Para os associados desse



paradigma variáveis como o interesse, organização, recursos devem ser observados. Assim, mais importante do que identificar as razões seria explicar o processo de mobilização.

Contudo, esse modelo interpretativo, ao privilegiar a organização e racionalidade, subestima aspectos culturais, como ideologias e valores na conformação das mobilizações coletivas. Volumosas críticas foram tecidas: além de pressupor um ator individual e não vincular os movimentos a macroestruturas ou processos de mais longo alcance, a faceta racional e estratégica da ação coletiva foi demasiadamente inflada. Segundo Alonso (2009, p. 53), essa teoria atingiu “pequena ressonância na Europa, inexpressiva entrada na América Latina e grande impacto imediato nos Estados Unidos, seu nascedouro”.

Já a Teoria dos Novos Movimentos Sociais e a Teoria do Processo Político nasceram da exaustão dos debates marxistas sobre a revolução e da insurgência contra explicações deterministas e economicistas da ação coletiva. Além disso, ambas as teorias negam a ideia de sujeito histórico universal. Essas teorias combinam política e cultura na explicação dos movimentos sociais: a Teoria dos Novos Movimentos Sociais se fundamenta na proposição da mudança cultural enquanto a Teoria do Processo Político investe em uma teoria de mobilização política.

A Teoria dos Novos Movimentos Sociais estabeleceu esquemas interpretativos que enfatizam a cultura, lutas sociais, solidariedade entre pessoas de um grupo, ideologia, processo de identidade criado nos movimentos sociais, dentre outros aspectos. Assim, os europeus Alain Touraine, Jürgen Habermas, Alberto Melucci dentre outros se reuniram sob uma ótica efetivamente cultural dos Movimentos Sociais.

De modo geral, esse modelo interpretativo defende que ao longo do breve século XX<sup>4</sup>, uma mudança macroestrutural alterou o capitalismo, cujo centro deixou de ser o trabalho e a produção industrial. Esse paradigma preocupa-se com a "colonização" da sociedade civil pela lógica do poder administrativo e da competição por lucros, impedindo sua formação como espaço-chave no qual os indivíduos possam se desenvolver livremente suas opiniões sobre os problemas sociais. Assim, uma nova sociedade se formou bem como novos temas e agentes para mobilizações coletivas (ALONSO, 2009; ABERS; BÜLLOW, 2011, p. 57).

---

<sup>4</sup> Referência à análise de Eric Hobsbawm sobre o “breve século XX” (HOBSBAWM, 2008).

Embora não seja uma escola coesa, a Teoria dos Novos Movimentos foi desenvolvida a partir da crítica da abordagem clássica marxista e, de acordo com Gohn (2007, p. 120) pode ser considerada ambígua. Alguns adeptos partem de premissas distintas do marxismo, enquanto outros fazem uma mudança brusca na forma de abordagem, mesmo trabalhando com macroestruturas da sociedade, e já alguns defendem que, devido às transformações históricas, os prognósticos de Karl Marx devem ser questionados e reinterpretados.

Apesar das variações, algumas concepções são compartilhadas. De acordo com Gohn (2007, p. 121 - 124), características gerais podem ser estabelecidas:

1) A visão funcionalista da cultura como conjunto fixo e predeterminado de valores e normas herdados do passado é negada, apesar do uso de bases marxistas desse conceito. 2) Negação da corrente ortodoxa do marxismo que defende tal campo teórico como suficiente para explicar a ação dos indivíduos e ação coletiva da sociedade contemporânea. 3) A ideia de sujeito histórico universal é suprimida pela premissa de sujeito coletivo difuso, não-hierarquizado em luta contra as discriminações de acesso aos bens da modernidade e crítico de seus efeitos nocivos. 4) A política passa a abarcar todas as práticas sociais e deixa de ser um nível em uma escala hierarquizada. 5) Os atores sociais - participantes da ação coletiva - são analisados por suas ações coletivas e pela identidade coletiva criada no processo.

De acordo com Alonso (2009, p. 67), os Novos Movimentos Sociais seriam “grupos ou minorias com demandas simbólicas que giram em torno do reconhecimento de identidades e estilos de vida”. Tais movimentos se dirigiam a sociedade civil, almejando mudanças culturais no longo prazo, através de ações diretas, pacíficas e de organização fluída.

Algumas críticas foram formuladas em relação a essa teoria e pesquisas empíricas mostraram que conflitos por bens não-materiais já existiam antes da "sociedade pós-industrial".<sup>5</sup> Além disso, uma definição de movimentos sociais que se pautam somente nos conflitos por padrões culturais seria restritivo e substancialista. A Teoria dos Novos Movimentos Sociais foi acusada de dar "menor relevo ao ambiente político em que a mobilização transcorre e aos interesses e recursos materiais que ela envolve" e, assim, "se restringir ao plano societário, negligenciando a relação dos

---

<sup>5</sup> Em 1995, Craig Calhoun escreveu o artigo *Novos Movimentos Sociais do começo do século XIX*, no qual “ele argumenta que as características consideradas novas e peculiares ao século XX já estavam em seus similares do XIX: multidimensionalidade; demandas não materiais e criação de identidades” (BRANDÃO, 2011, p. 18).

movimentos sociais com a dinâmica político-institucional" (ALONSO, 2009, p. 69 - 70).

A Teoria do Processo Político, segunda etapa do paradigma norte-americano, ressaltou o desenvolvimento do processo político, a cultura - símbolos, ideologias, práticas de resistência cultural -, a estrutura de oportunidades políticas e o grau de organização dos grupos reivindicantes, privilegiando o ambiente macropolítico. Essa etapa tem como principais estudiosos Charles Tilly, Sidney Tarrow, Doug McAdam, Jack Goldstone e o italiano Mario Diani, dentre outros.

Segundo Alonso (2009, p. 54), essa teoria foi formada nos Estados Unidos, mas engloba análises de casos europeus.

Charles Tilly (1975) estudou em profundidade o movimento revolucionário na França e os movimentos por reformas na Inglaterra, nos séculos XVIII e XIX. Já Sidney Tarrow (1993) se deteve no movimento de redemocratização da Itália da segunda metade do século XX e Doug McAdam no movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos (1982).

Charles Tilly foi a figura chave na Teoria do Processo Político, pois, seu trabalho vinculou política institucional e política dos movimentos sociais (MCADAM; TARROW, 2011, p. 19). Tilly construiu uma sociologia política histórica, que combina tradições e visa compreender aspectos que organizam os macroprocessos políticos no Ocidente, através da comparação entre casos.

Ao incorporar novas abordagens sobre os comportamentos e ações coletivas, Charles Tilly tornou-se referência para quem trabalha na estrita fronteira entre História e Sociologia. Esse autor estabeleceu conexões entre Sociologia e História ao definir teorias sobre ação coletiva a partir de Marx, Weber, Durkheim com influências da *Escola dos Annales* e da longa duração de Fernand Braudel. Segundo Tilly, a relação entre essas duas ciências é profícua e verdadeira tendo em vista que as principais teorias sobre processos de modernização, desenvolvidas pelos sociólogos, tinham como base a História. Além disso, historiadores como Eric Hobsbawm, Edward Thompson, Albert Soboul e outros utilizaram teorias e métodos originalmente voltados às Ciências Sociais (MELO JUNIOR, 2007; 2010).

De acordo com Brandão (2011, p. 19), Charles Tilly “procurou construir um modelo de (inter)ação estratégica no qual o conflito e ação coletiva descontínua e

dinâmica seriam características centrais para a análise dos movimentos sociais”. Sendo assim, os movimentos sociais podem ser interpretados como

uma série sustentada de interseções entre detentores de poder e pessoas que reivindicam, com sucesso, falar em nome de uma clientela [*constituency*] carente de representação formal, no curso do qual tais pessoas apresentam demandas, publicamente visíveis, por mudança na distribuição ou no exercício do poder, respaldando essas demandas com demonstrações públicas de apoio (TILLY apud DIANI e BISON, 2010, p. 219).

O movimento social surgiu como uma síntese de três aspectos:

Um esforço público sustentado de elaboração de reivindicações coletivas direcionadas a determinadas autoridades (esforço que pode ser chamado de *campanha*); O emprego de combinações dentre as seguintes formas de ação política: criação de associações e coalizões para finalidades específicas, reuniões públicas, desfiles solenes, vigílias, comícios, demonstrações, iniciativas reivindicatórias, declarações para e nos meios de massa, e panfletagem (esse conjunto pode ser chamado de *repertório dos movimentos sociais*); e representações públicas concertadas de VUNC (valor, unidade, números e comprometimento) por parte dos participantes [...] (*demonstrações de VUNC*) (TILLY, 2010, p. 136 - 137).

Uma campanha vai além de um simples evento único; articula grupo de demandantes autodesignados, algum alvo de demandas e público. Portanto, define um movimento social não apenas as ações dos demandantes, mas a interação dos três elementos - demandantes, objetos de demanda e público. O repertório do movimento social se justapõe aos repertórios de outros fenômenos políticos. Já as demonstrações de VUNC podem assumir a forma de declarações, slogans e rótulos que definem valor, unidade, números e comprometimento.

Tilly utiliza a afirmação de que o conflito é inerente a nossa sociedade, retomando a concepção marxista.

Um movimento social consiste em um desafio sustentado aos detentores de poder em nome de uma população morando sob a jurisdição daqueles detentores de poder, por meio de repetidas manifestações públicas de número, comprometimentos, unidade e valor. Um movimento social pressupõe interação contenciosa; ele envolve a realização mútua de demandas entre desafiantes e os detentores de poder. (TILLY apud BRANDÃO, 2011, p. 20).

Assim, a mobilização baseia-se em um conflito entre partes: uma delas momentaneamente ocupando o Estado, enquanto a outra fala em nome da sociedade. Porém, ao invés de definir a equação como movimentos sociais *versus* Estado, a Teoria do Processo Político opõe "detentores do poder" - que têm controle ou acesso ao governo - e "desafiantes", que visam obter alguma influência sobre o governo. Por isso, Tilly parte da premissa de uma interação contenciosa entre desafiantes e detentores do poder, em nome de uma população sob litígio.

Para a Teoria do Processo Político - com destaque para Tilly, McAdam, Tarrow, Goldstone e Diani - movimento social significa ação coletiva em interação de algum objetivo ou valor. Nesse sentido, Tilly descobriu que dentre as infinitas possibilidades de ação coletiva, o conjunto de estratégias e formas de ação utilizadas é limitado - porém não é estático; as transformações são lentas e graduais. Assim, o repertório de ação coletiva "não é só o que as pessoas *fazem* quando elas têm uma demanda; mas é também o que elas sabem *como fazer* e o que a sociedade passou a esperar que elas escolham fazer dentro de um conjunto de opções sancionado culturalmente e limitado empiricamente." (TILLY apud TARROW, 1995, p. 91).

O repertório de ações emerge da luta cotidiana dos atores sociais e, sendo assim, ocorre a tendência da repetição de estratégias bem sucedidas, restringindo o escopo de alternativas para ações coletivas. Assim, esse repertório implica na escolha de um número restrito de performances com os quais determinado grupo tem familiaridade. Suas opções são delimitadas pela experiência anterior, recursos materiais, organizacionais e conceituais que o grupo tem à disposição (ANASTASIA, 2002, p. 32).

Segundo Almeida (2010, p. 32), Tilly desenvolveu a noção de repertório no estudo da ação coletiva, em 1977, no artigo *Getting it together in Burgundy*. Segundo esse sociólogo três principais pontos foram apreendidos com esse novo termo:

(1) Codificar a existência de histórias sociais e políticas referentes a formas de ações coletivas populares; (2) Difundir a questão da mudança nas formas de ação coletiva; (3) Desenvolver hipóteses sobre o partilhar de identidades e interesses que os participantes levam para a ação (TILLY apud ALMEIDA, 2010, p. 32).

Charles Tilly encontra o significado de repertório de ação coletiva na interação entre atores que tendem a ter um conjunto bem definido de meios para a ação em defesa de interesses compartilhados - esse conceito não designa performances individuais.

Apoiado em uma perspectiva pragmática, Tilly define repertório como um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e postas em ação por meio de um processo relativamente deliberado de escolha. Os agentes, em meio ao processo de luta, escolheriam dentre as maneiras convencionalizadas de interação presentes no repertório aquelas mais adequadas à expressão de seus propósitos (TILLY, 2006). Sendo assim, o repertório resulta de um aprendizado cultural, no qual, no mínimo quatro atores estão envolvidos: manifestantes, autoridades (objeto das reivindicações), especialistas no controle oficial do espaço público (polícia) e espectadores.

Dentro dessa perspectiva, os movimentos sociais extrairiam de um "estoque cultural" informações sobre como protestar e como se organizar. Assim, os repertórios de ação coletiva incluiriam tanto ações pacíficas, como passeatas e carreatas, quanto ações mais disruptivas, como ataques com bombas e etc. Além desses aspectos, o repertório também inclui modelos de organização que incluem habilidades e tecnologias de comunicação, captação de recursos, dentre outros.

Outro importante conceito se refere à ideia de Estrutura de Oportunidades Políticas. Desenvolvida por Tilly, em *From Mobilization to Revolution* (1978), a ideia de Estrutura de Oportunidades Políticas diz respeito a oportunidades e ameaças presentes no mundo que cerca o movimento/indivíduos e que tem alguma probabilidade de afetar o bem-estar e o sucesso dos atores.

Os desdobramentos recentes da Teoria do Processo Político resultaram na Teoria da Política Contenciosa ou Teoria do Confronto Político (*Contentious Politics*). O projeto do Confronto Político visa ampliar as lentes de análise para além dos movimentos sociais, captando novas formas de expressão do confronto ou contestação e, assim, se expandiu em virtude de problemas e características contemporâneas englobando temas como terrorismo, democratização, burocratização e globalização. Dessa forma, os adeptos desse projeto almejam um marco amplo que permita buscar processos e mecanismos causais similares que se repetem dentro de uma variedade de lutas, que produzem diferentes resultados agregados de acordo com as condições iniciais, as combinações e as sequências em que ocorrem (MCADAM, TARROW & TILLY, 2011)

Conforme será discorrido no próximo capítulo, a própria Ditadura Civil-Militar ofereceu aspectos para a Estrutura de Oportunidades Políticas. Se de um lado o golpe militar gerou ameaças à mobilização política que vinha ocorrendo (como a desmobilização de movimentos sociais), de outro, o endurecimento do regime provocou

oportunidades políticas, tendo em vista que setores que anteriormente apoiavam a ação dos militares (como a classe média, por exemplo), foram percebendo a real organização autoritária do estado de Segurança Nacional. Com isso, o Regime Militar propiciou a (re)articulação de uma crescente oposição que se manifestava contra a repressão, censura da imprensa, censura cultural, ilegalidade do governo e diminuição dos direitos políticos.

Salientando as pré-condições sociais e psicológicas para a ação social transformadora, Axel Honneth, na obra *Lutar por Reconhecimento*, afirma que a luta pelo reconhecimento intersubjetivo é a luta pela constituição de sujeitos históricos, tendo em vista que um sujeito social é reconhecido por vontades e por portar direitos. Essa discussão nos permite remeter ao período da experiência democrática (1945 – 1964), no qual o Brasil vive uma intensa agitação sócio-política de diferentes segmentos da sociedade que desejavam maior participação na vida política do país. Gohn (2001, p. 90) afirma que nesse período emergiram, da sociedade civil, movimentos sociais de diversas partes do país que reivindicavam múltiplas questões, “com destaque para as reformas de base, políticas nacionalistas e equipamentos urbanos básicos para a sobrevivência dos contingentes que se deslocavam do campo para a cidade, em busca de melhores condições de vida”. O novo clima no cenário político brasileiro se tornava cada vez mais latente, no qual, o povo irrompia na cena política brasileira pela primeira vez com algum poder de pressão (GOHN, 2003, p. 91).

De acordo com Delgado (1994, p. 61), o clima efervescente da época “concretizava-se por meio da atuação de partidos políticos e movimentos sociais, no qual se tornava cada vez mais nítida a vontade de engajamento de diferentes setores da sociedade que desejavam transformações socioeconômicas”. As Ligas Camponesas, a União Nacional dos Estudantes, o Comando Geral dos Trabalhadores, Movimentos Nacionalistas pela Cultura, Movimentos de Associações de Moradores, Movimentos Grevistas e os Sindicatos são claros exemplos dessa agitação. Esse novo tempo da política influenciou também os movimentos e manifestações culturais que desenvolveram uma cultura engajada para a conscientização política do povo. A sociedade civil mobilizada exaltava a necessidade de mudança e a integração do povo como sujeito ativo em um processo que pretendia ter a marca da renovação através das palavras nacionalismo, modernização distributiva e reformas sociais.

Nesse sentido, durante o período da experiência democrática houve um reconhecimento individual e social como pré-condição para o desenvolvimento da

autonomia necessária para a participação na vida pública e, portanto, para a mobilização transformadora dos indivíduos. A luta por reconhecimento atingia nítidos avanços, porém, os setores conservadores da sociedade também se mobilizavam. A implantação do regime civil-militar significou um duro golpe a esse período e efervescência social, engajamento e integração do povo como sujeito histórico ativo. Apesar desse golpe e do cerceamento das liberdades políticas, os detentores do poder não conseguiram evitar que grupos sociais manifestassem sua insatisfação política, afinal toda luta por reconhecimento inicia-se (ou renova-se) por meio da experiência do desrespeito, gerador de conflitos sociais.

## **2.2 A teoria do Processo Político para análise dos protestos estudantis**

A partir do panorama anteriormente realizado sobre as principais teorias dos movimentos sociais, observa-se que a Teoria do Processo Político pode lançar luz sobre a proposta de análise dos protestos estudantis realizados em Belo Horizonte, em contestação ao regime civil-militar. Esse modelo interpretativo oferece limites, sentidos, mecanismos e conceitos para o estudo do repertório de ação coletiva desses estudantes, por se tratar de uma análise política, mas que também aborda aspectos culturais como identidades, símbolos dentro do estreito limite entre História e Sociologia.

No Brasil, a discussão sobre a Teoria do Processo Político ainda se caracteriza por ser indireta e parcial. A abordagem sobre esse paradigma ainda ocorre de maneira indireta, pois, a discussão foi realizada através do esforço analítico de sistematização das principais teorias dos movimentos sociais, tendo destaque a obra de Gohn (2001) que serve como um mapa teórico para estudiosos brasileiros. A discussão é parcial tendo em vista o significativo atraso nas publicações traduzidas, no qual, acarreta uma defasagem espaço-temporal. Segundo Bringel (2011, p. 61) essa linha de pesquisa tem influência parcialmente limitada no Brasil e na América Latina. O trabalho pioneiro que entra nessa direção é de Boschi (1987), que utiliza uma versão estilizada da Teoria do Processo Político para tratar das mobilizações durante o período de redemocratização do



Brasil<sup>6</sup>. Portanto, ao utilizar esse paradigma como fundamento de análise, objetiva-se movimentar os estudos brasileiros nessa direção.

---

<sup>6</sup>Destaca-se, entre outras, duas obras que utilizam os parâmetros da Teoria do Processo Político: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. **Tropas em protesto**: o ciclo de movimentos reivindicatórios dos policiais militares brasileiros no ano de 1997. 2010. 472 p. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo; BRANDÃO, Lucas C. **Os movimentos sociais e a Assembleia Nacional Constituinte de 1987 - 1988**: entre a política institucional e a participação popular. São Paulo. 2011. 328 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade de São Paulo, São Paulo.

### 3. ESTRUTURA DE OPORTUNIDADES POLÍTICAS NO BRASIL: UM BREVE PANORAMA

O período da História do Brasil entre 1945 e 1964 compreendeu um fértil momento de participação de vários setores da sociedade no cenário político do país. Esse cenário foi possibilitado devido o avanço do processo democrático no país<sup>7</sup>, iniciado com a redemocratização da Era Vargas. Nesse momento da experiência democrática, a sociedade brasileira vê grupos organizados tomando as ruas em busca de melhorias sócio-políticas e pode ser considerado como um período fecundo em termos de mobilizações e propostas sociais. Contudo, setores conservadores, preocupados com o alto índice de mobilização dos setores populares, também agiram a fim de conter esse processo. Assiste-se, então, a uma polarização política basicamente demarcada entre esquerdas e direitas<sup>8</sup>.

Mediante essa agitação social de setores de esquerdas e da reação dos setores mais conservadores da sociedade, em 1º de abril de 1964, os militares tomam o poder através do golpe – com amplo apoio de civis - e declaram a vacância presidencial, iniciando um governo de exceção. De acordo com Rollemberg (2003, p. 47), o movimento que derrubou o governo institucional, foi repudiado por alguns setores, enquanto, "por outro lado, foi saudado com entusiasmo por segmentos sociais – não exclusivos das classes dominantes – que com eles se identificaram." Baseado no apoio de alguns setores, juntamente, com o uso da força e da repressão, os militares se mantiveram no poder de 1964 a 1985, ocasionando substanciais mudanças na vida política e social do Brasil.

Sendo assim, pode-se afirmar que as oportunidades políticas de ação de agentes sociais de esquerdas foram reduzidas, pelo menos a princípio. Contudo, conforme será visto, a própria estrutura em que o regime militar se desenvolveu, ofereceu certas bases para a retomada das mobilizações e reestruturações dos movimentos sociais, apesar de

---

<sup>7</sup> Apesar desse avanço da democracia, a posse de Juscelino Kubitschek à presidência foi ameaça por um dos setores das Forças Armadas que alegavam que a vitória de JK não era legítima devido à mínima quantidade de votos alcançada por ele – 36%, contra 30% de Juarez Távora, 26% de Ademar de Barros e 8% de Plínio Salgado. Entretanto, uma intervenção militar garantiu a posse do presidente Kubitschek e seu vice, João Goulart.

<sup>8</sup> Conforme Reis Filho (2004, p. 32), serão adotadas, nesse trabalho, as categorias clássicas de direita e esquerda. Por direita, entende-se as forças conservadoras, alérgicas a mudanças e dispostas a manter o *status quo*. À esquerda se situarão as forças favoráveis às mudanças em nome da Justiça e do Progresso sociais. Essas categorias serão empregadas no plural por se entender que, em cada termo, agrupam-se posições, lideranças e forças diversas, das mais moderadas às mais radicais.

todo empenho do regime para desmobilizar, perseguir e minar a organização dos grupos.

Partindo da premissa de que o contexto político-institucional possibilita a emergência da ação coletiva e com o intuito de analisar o repertório de ação coletiva dos estudantes que contestavam o governo militar, a Estrutura de Oportunidades Políticas do período será avaliada.

### **3.1 Estrutura de Oportunidades Políticas**

Segundo Tarrow (1994), movimentos sociais são criados quando oportunidades políticas abrem-se para atores sociais que normalmente são carentes de tais momentos propícios. Essas ações coletivas são produzidas quando "demonstram a existência de aliados e revelam a vulnerabilidade de seus oponentes" (TARROW, 1994, p. 23). Dessa forma, para Tarrow, as oportunidades políticas tem centralidade no desenvolvimento das ações coletivas dos movimentos sociais, tendo em vista, que mudanças político-institucionais criam novas ondas de movimentos sociais e são responsáveis por seus desdobramentos.

De acordo com a Teoria do Processo Político, a estrutura de oportunidades políticas pode ser definida como o conjunto de ameaças e oportunidades no ambiente que cerca movimentos /indivíduos. Segundo Tarrow (1994, p. 54),

as estruturas de oportunidades políticas são sinais para atores sociais ou políticos encorajarem-se, ou não, para o uso de seus recursos internos a fim de formar movimentos sociais. Meu conceito de oportunidades políticas enfatiza não somente estruturas formais como instituições estatais, mas estruturas de conflito e de aliança que provêem recursos e opõem constrangimentos externos aos grupos. Os mais evidentes sinais são quatro: a abertura de acesso ao poder, mudanças de alinhamentos, viabilidade de aliados influentes e clivagens dentro das próprias elites.

A ausência de oportunidades políticas, segundo Tarrow, conduz a períodos de desmobilização dos movimentos, mesmo diante de grupos profundamente descontentes e com abundantes recursos.

### 3.1.1 Pré-1964: a construção do golpe

Os trabalhos historiográficos sobre os antecedentes do movimento de 1964 são numerosos. Entretanto, tais trabalhos estão mais voltados para o contexto geral do país do que para o contexto local de Belo Horizonte e/ou Minas Gerais. Assim, pode-se destacar os estudos de: Otávio Ianni (1971), Moniz Bandeira (1978), René Dreyfuss (1981), Florestan Fernandes (1981), Caio Navarro de Toledo (1981), Thomas Skidmore (2003), Heloísa Starling (1986), Argelina Figueiredo (1993), Jorge Ferreira (2001, 2011), Lucília de Almeida Neves Delgado (2004), Rodrigo Patto Sá Motta (2004) e Carlos Fico (2004). A implantação de um regime autoritário no Brasil estimulou a produção de inúmeras interpretações sobre a dinâmica da História, perpassando as discussões sobre anticomunismo e antipopulismo.

No período que se estende de 1945 a 1964, ampliam-se as manifestações coletivas de cidadania que conformam no imaginário social uma esperança reformista e transformadora impulsionando a revelação do sujeito histórico coletivo. Diferentes segmentos da sociedade percebem-se como atores de um processo que “possibilitou a expansão de manifestações participativas, qualitativamente novas, posto que definidas por um forte potencial de autonomia em relação ao Estado” (DELGADO, 1994, p. 64). Portanto, a sociedade civil atuante fez com que sua voz e interesses fossem ouvidos pelo Estado.

Segundo Reis Filho (2005, p. 23), as crescentes agitações sociais, que alcançaram estudantes, posseiros, trabalhadores rurais e urbanos, configuraram a redefinição do projeto nacional-estadista, inaugurando a participação popular. A fermentação política da sociedade somente torna-se mais atuante a partir de 1950, já que no período anterior, havia uma atmosfera política conciliatória do Brasil patriarcal, figurada pelo presidente/ditador Getúlio Vargas, no qual, passa a ocorrer uma negação da política conciliatória. Diante dessa estrutura de oportunidades políticas, uma nova conjuntura favoreceu o desenvolvimento de movimentos e lutas sociais.

Essa conjuntura se agravou durante a década de 1960, período em que a sociedade civil encontrava-se extremamente polarizada.

Respirava-se política por todos os poros. O apelo popular do governo Jango, iniciado em meados de 1961, era muito forte; no entanto, as forças opositoras, também, estavam muito mobilizadas. Na verdade, estavam em jogo dois projetos substancialmente diferentes para o Brasil. Duas vezes dissonantes (DELGADO, 2003, p. 103).

Nesse sentido, Rollemberg (2003, p. 47) salienta que nesse momento de intensa participação política da sociedade, que estava organizada e atuante em diversos níveis, havia um embate radicalizado: “Instituições, associações, manifestações atuavam em função de projetos e propostas de esquerda, mas igualmente de direita, que também alcançavam simpatias e adesões de parcelas significativas da sociedade”.

Havia basicamente dois lados desse embate radicalizado: um lado que lutava por transformações sociais e pretendiam reformas de cunho popular, enquanto o outro lado contava com segmentos que pretendiam o desenvolvimento econômico internacionalizado e a preservação da estrutura agrária do país. Essa bipolarização da sociedade brasileira inseria-se no contexto mundial da Guerra Fria, que também dividia o mundo em áreas contrapostas e delimitadas. Diante desse cenário mundial, os setores conservadores acreditavam que os movimentos populares, desejosos de mudanças, apresentavam vínculos estreitos com o movimento socialista internacional.

De um lado reuniam-se, em uma ampla frente que lutava por transformações, os movimentos populares, os sindicatos, os estudantes articulados pela União Nacional dos Estudantes (UNE), as ligas camponesas, os militares nacionalistas, as frentes parlamentares reformistas, os socialistas, os comunistas, o clero e os leigos dos movimentos católicos progressistas. As posições desses grupos, de modo geral, coincidiram com a ideia de se proceder a uma ampla reforma econômica e social no Brasil. (DELGADO, 2010, p. 103)

Do lado oposto, situavam-se setores da sociedade que, através de uma postura ao mesmo tempo modernizante e conservadora, apostavam em um programa de desenvolvimento econômico arrojado, por um lado, e, por outro, pela preservação da estrutura agrária do país. Nessa posição se agregaram militares vinculados à Escola Superior de Guerra, proprietários rurais, setores do empresariado, parlamentares ligados, principalmente, à União Democrática Nacional (UDN), segmentos da classe média e setores conservadores da Igreja Católica.

A agitação das ruas, greves e campos não era bem vista pelos setores da sociedade que desejava a manutenção do *status quo*. Esses setores sentiam que um processo radical de redistribuição de riqueza e poder na sociedade brasileira, cuja direção apontava o movimento reformista, iria atingir suas posições, rebaixando-as. Além disso, havia, por parte dos mesmos, grande medo de subversão dos valores morais

e religiosos. Era inadmissível que a civilização ocidental cristã, pautada na família, fosse destituída pela suposta tirania brutal e atéia do comunismo.

Essa conjuntura de polarização da sociedade adquiriu maiores proporções no conturbado governo de João Goulart (1961-1964). Seu governo, desde sua posse, foi classificado pela direita como herdeiro da política populista/sindicalista de Vargas e de inclinação socialista. Jango governou, segundo Jorge Ferreira (2011), na esteira da herança Varguista; mais sem o sucesso esperado. De acordo com Lucília de Almeida Neves Delgado (2010), a historiografia brasileira, pós-2001, busca valorizar João Goulart como sujeito histórico importante e atuante, pois, além de ter orientação política definida (trabalhismo), foi deputado federal, presidente do PTB, ministro de Estado, vice-presidente da República e presidente da República. Destarte, nota-se que múltiplos estudos biográficos e históricos sobre o ex-presidente são recentes e datam de 2004 (aos quarenta anos do golpe político) e de 2006 (quando dos trinta anos de sua morte).

Nesse cenário polarizado, tem-se também a luta do reformismo *versus* conservadorismo que pode ser considerada como o embate entre os desejos de “reformular as arcaicas estruturas do país, eliminar os privilégios, melhorar o padrão de vida brasileira e os adeptos da negação da necessidade de reformas, ou pelo menos de reformas profundas” (PEREIRA, 1980, p.115). É nesse ambiente que entram as aclamadas, pelas esquerdas, reformas de base que atuavam nos âmbitos eleitoral, universitário, administrativo dentre outros. Dessa forma, com a efervescência política que o país presenciava, os grupos de esquerda,

apesar de sua relativa fraqueza dentro do cenário político brasileiro (a política ideológica estava apenas começando), ganharam autonomia, fortaleceram-se em relação ao que eram antes, e os esquerdistas mais extremados, baseados nesse aumento relativo de poder, baseados nas vitórias dos grupos de esquerda, nos sindicatos, nos meios estudantis, entre os sargentos, entre os trabalhadores rurais das ligas camponesas, passaram a acreditar que possuíam um grande força política no Brasil (PEREIRA, 1980, p. 117-118).

Com as Reformas de Base e, então, com o comprometimento de ser o primeiro presidente que visava, de fato, mudanças sócio-econômicas, João Goulart assume o poder desfrutando de apoio ativo de um amplo espectro de grupos políticos ligados ao nacionalismo e às esquerdas. De acordo com Figueiredo (1993, p. 66),

As ‘reformas de base’, como ficaram conhecidas, abrangiam algumas reformas – bancária, fiscal, urbana, agrária e universitária -, bem como mudanças políticas e institucionais, particularmente a extensão do direito de voto aos analfabetos e oficiais não-graduados das Forças Armadas, assim como a legalização do Partido Comunista. Incluíam também, políticas nacionalistas que iam desde o controle sobre o capital estrangeiro até a nacionalização e o monopólio estatal de setores específicos da economia.

Entretanto, ocorre também uma radicalização das direitas que se preocupam com o poder ideológico ascendente das esquerdas. Assim, o caminho para o alarmismo encontra-se totalmente aberto. O alarmismo torna-se o instrumento de radicalização da direita: afirmações de cunho derrotista – como, por exemplo, “O comunismo está às portas do Brasil” – eram espalhadas muitas vezes sem fundamento para que a população se sentisse ameaçada, aterrorizada. Assim, “um grande número de pessoas, que até havia pouco não era radicais, que tinham tendências conservadoras, mas não imobilistas, subitamente se radicalizam em direção à direita” (PEREIRA, 1980, p. 118). Sendo assim, para as direitas brasileiras, as reformas de base de Jango eram sinônimos do avanço do “perigo comunista” que assustava o mundo em decorrência do clima de total tensão advindo da Guerra Fria. Diante disso, percebe-se que

O período que antecede ao golpe militar de 1964 é o momento de maior radicalização política no país, havendo uma ampla mobilização dos setores de direita e esquerda. É nesse contexto que se amplia a propaganda anticomunista divulgada por parte dos setores conservadores. Há uma verdadeira “demonização” do comunismo. O próprio discurso do grupo que tomou o poder através do golpe militar de 1964 enveredava para “a salvação do país do perigo do bolchevismo” (GUIMARÃES, 2009, p.3).

Dentro desse contexto, instituições alarmistas foram criadas pela direita para que o governo de Jango fosse desestabilizado: o IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais) e o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática). O IBAD, criado no final do decênio de 1950, foi instituído com “o alegado e ambíguo propósito de ‘defender a democracia’”, quando, na realidade, possuía caráter conservador e de feição nitidamente anticomunista (DREIFUSS, 1981, p. 102) e atuou conjuntamente com o IPES. Esses grupos procuravam desenvolver uma campanha política, ideológica e militar com o objetivo de desarticular, bloquear e liquidar politicamente as forças sociais que compunham o bloco nacional-populista.

O governo de João Goulart, principalmente, com as reformas, segundo Ferreira (2003, p. 345) forneceram “motivos suficientes, portanto, para um golpe de Estado”. Essas reformas serviram de pretextos para o golpe, já que as mesmas, apesar de serem reformas democrático-burguesas que tendiam viabilizar o capitalismo brasileiro, ocorreriam sobre outros alicerces, – do nacional-desenvolvimentismo adotando o modelo de desenvolvimento autônomo - deixando os setores conservadores desgostosos. Portanto, Barros (1994, p. 17) ressalta que as classes conservadoras preocupavam-se com o nacionalismo e as abrangentes reivindicações sociais, personificadas pelas reformas de base, que ameaçavam os lucros dessa restrita parte da população. Com essa situação sem solução aparente, tanto as esquerdas como as direitas permanecem insatisfeitas com o governo de Jango, pois, as esquerdas acreditavam que as reformas seriam colocadas em prática e as direitas se frustram com a política adotada que não privilegiava a sua classe (PEREIRA, 1980, p. 119).

O Comício da Central do Brasil do dia 13 de março – em que Goulart discursou defendendo as reformas, havendo intensa participação popular – culminou para agilizar o processo golpista, tendo em vista que “os contatos entre grupos civis, governadores de alguns estados e parlamentares conservadores já estavam articulados já no início de 1964” (FERREIRA, 2003, p. 383).

### **3.1.2 Pós-1964: consolidação da ditadura**

Não há consenso historiográfico acerca das razões para o golpe de 1964. Delgado (2010) afirma existirem interpretações distintas sobre os motivos do golpe, assim como diversas teses, de vários autores, acerca dessas interpretações. Diante das diversas interpretações sobre o golpe de 1964 podemos elencar interpretações *estruturalistas e funcionais*; de *caráter preventivo* da intervenção civil e militar; análises que privilegiam a *versão conspiratória*; interpretações que destacam as ideias de *ação política conjuntural* e de falta de compromisso com a democracia; análises *culturalistas*, do novo ciclo de produções (pós-2001).

Contudo, em fins de março de 1964, o regime militar é instaurado no país devido à reação dos setores conservadores da sociedade brasileira. Surge, então, um novo período, no qual, o fenômeno da mobilização política e social de outrora se encontra severamente abalado. Esse novo tipo de governo busca desmobilizar todo e qualquer



tipo de movimento social que desejava mudanças e que esteve de alguma forma ligado ao governo João Goulart. Até 1985, o governo brasileiro permanece marcado por um ciclo de autoritarismo, repressão e/ou redução dos direitos constitucionais, repressão policial e censura. Contudo, nas palavras de Alves (2005, p. 10 – 11), “a perseguição dúbia e envergonhada dos primeiros anos do regime militar deixou espaço para a organização de uma oposição vigorosa”, liderada por estudantes, líderes populares, membros dos setores progressistas da Igreja Católica e leigos que se indignavam com os rumos que o novo governo tomava.

Diante desse cenário, é justamente nos anos de 1964 a 1968 que se tem, de um lado, a organização autoritária do estado de Segurança Nacional, e de outro, a crescente oposição em todas as classes, “inclusive entre as classes dominantes, que se manifestavam contra a censura da imprensa, a censura cultural, e principalmente contra a repressão” (ALVES, 2005, p. 10 – 11). É nesse sentido que se pode afirmar que, apesar da inexistência de abertura do acesso à participação, a política militar proporcionou aspectos relevantes de estrutura de oportunidades políticas para a retomada de movimentos sociais.

Com o poder nas mãos dos militares, os mesmos não mais tomam o papel tradicional de moderador de crises: na década de 1960, a democracia dá lugar ao autoritarismo em nome da própria democracia e salvação da ordem – “em virtude da suposta ameaça comunista, que perduraria até 1985” (COUTO, 2003, p. 60-61).

De acordo com Starling (1986, p. 319), para as elites tradicionais a deposição de João Goulart adquire o significado de manutenção de seus privilégios de classe, que estavam sendo ameaçados pela suposta “comunização” do país, através da crescente capacidade de mobilização das classes subalternas. Para essas elites, após a superação do perigo, representado por Goulart, as antigas regras do jogo político deveriam ser retomadas. As elites tradicionais encararam a intervenção militar como algo transitório: uma amostra do poder moderador exercido pelas Forças Armadas quando se tornava necessário corrigir “os desvios do meio político”. Essa intervenção deveria ser curta e saneadora, tendo em vista o restabelecimento da ordem política e econômica, para permitir em seguida o retorno à vida política normal do país. Contudo, de acordo com Silva (1990, p. 368), os militares - convencidos de sua superioridade administrativa e seguros do seu neutralismo político - assumiram certo grau de envolvimento com inúmeros setores da vida nacional e desde os primeiros dias do golpe, deixavam entrever uma ação continuada e de longa duração.

Humberto de Alencar Castello Branco é escolhido como o primeiro presidente do ciclo militar e assume o poder afirmando que a intervenção militar tem caráter temporário, já que o poder seria devolvido aos civis assim que a democracia estivesse assegurada, com a derrota da ameaça subversiva. Segundo Alves (2005, p. 65) a promulgação do Ato Institucional nº 1 surpreendeu aos que haviam apoiado a intervenção militar por acreditarem que sua intenção era restaurar a democracia. Assim, o AI-1 “rompeu o apoio tácito à coalizão civil-militar, dando origem à dialética Estado/oposição” (ALVES, 2005, p. 65). A partir dessa relação entre Estado e Oposição percebe-se como as medidas repressivas e a resistência aconteceram concomitantemente e foram dialéticas em um intenso embate de ações e reações.

Logo no início, a partir do discurso anti-subversivo e da busca pela segurança interna, os militares realizaram intensa perseguição aos movimentos sociais que anteriormente estavam envolvidos, de alguma maneira, com o governo João Goulart e com a luta por mudanças sócio-econômicas. Sindicatos, universidades, jornais e rádios tiveram suas sedes ocupadas e destruídas, em evidente desrespeito à Constituição Federal e aos direitos e garantias individuais. Logo após o golpe, uma vasta campanha de caça ao “inimigo interno”, foi desenvolvida em todo o país, no qual, vários setores da sociedade foram atingidos. Portanto, ocorre a ativação das forças repressivas que fornecem ao Estado grande controle sobre as áreas políticas, militares e sociais, caracterizando a chamada “Operação Limpeza”, que procurava desmobilizar qualquer tipo de oposição ao regime. De acordo com Alves (2005, p. 72)

O Exército, a Marinha e a Aeronáutica foram mobilizados, segundo técnicas predeterminadas de contra-ofensivas para levar a efeito operações em larga escala de ‘varredura com pente-fino’. Ruas inteiras eram bloqueadas e cada casa era submetida a busca para detenção de pessoas cujos nomes constavam de listas previamente preparadas. O objetivo era ‘varrer’ todos os que estiveram ligados ao governo anterior, a partidos políticos considerados comunistas ou altamente infiltrados por comunistas e a movimentos sociais do período anterior a 1964.

A “Operação Limpeza” que através do desaparecimento de inúmeras lideranças sindicais e camponesas e a deposição de governadores eleitos, demonstravam o furor da repressão política. Para “garantir a ordem” e o sucesso da “Operação Limpeza”, os detentores do poder fizeram uso de todos os recursos possíveis como: inteligência, sistemas de informação, tortura, prisões, supressão de direitos políticos, censura dentre outros aparatos (SANTANA, 2007, p. 44). A criação dos Inquéritos Policial-Militar

(IPMs), em abril de 1964, efetivou a “Operação Limpeza”, tendo em vista que essas investigações buscavam identificar os elementos “subversivos”. Os IPMs constituíam o mecanismo legal para a busca sistemática de segurança absoluta e a eliminação do “inimigo interno”, a partir do momento em que investigavam atividades civis e militares “através das comissões especiais de inquérito em ministérios, órgãos governamentais, empresas estatais, universidades e outras instituições vinculadas ao governo” (CAVALARI, 1987, p 17). A partir dos mecanismos de controle dos militares, vários setores da população, que anteriormente se mostravam bastante politizados, sofreram intensas perseguições.

Os estudantes que havia alcançado papel de destaque durante o governo anterior foram bastante reprimidos. Logo no dia 1º de abril, a sede da União Nacional dos Estudantes, no Rio de Janeiro, foi invadida e incendiada e também colocada na ilegalidade. De forma violenta, a repressão também ocorreu no campo, bem como nos sindicatos e federações de trabalhadores, no qual, muitos de seus líderes foram presos. Membros de organizações católicas, como o Movimento de Educação de Base (MEB), a Juventude Universitária Católica (JUC) e outras, cujas atividades de organização ou caritativas atraíram a suspeita da inteligência militar ou da polícia política, também sofreram perseguições, conforme ressalta Skidmore (2004, p. 55).

De acordo com a estratégia política da Escola Superior de Guerra, os partidos políticos, o Legislativo, o Judiciário e o Executivo deveriam ser controlados, por isso, houve cassações de deputados, vereadores, governadores, prefeitos, dentre outros<sup>9</sup>. Esses expurgos da burocracia civil tinham o nítido interesse de eliminar a oposição e abrir espaço para pessoas mais estreitamente identificadas com as políticas do governo golpista. O setor militar também foi alvo de expurgos devido ao grande interesse do Estado de Segurança Nacional de assegurar a predominância dos pontos de vista dos oficiais detentores do poder. Assim, as perseguições ao setor militar visavam, sobretudo, aqueles que haviam resistido à conspiração contra João Goulart com a justificativa de que a Constituição Federal deveria ser cumprida. Ocorre então, uma intensa repressão aos movimentos anti-governamentais, pois de acordo com Gonçalves (2006, p. 7)

---

<sup>9</sup> Entre 1964 e 1969, 47 líderes políticos “desaparecem”; o Estado intervém 456 vezes em sindicatos, em 1964, e mais 358 vezes, em 1965, destituindo lideranças eleitas, fechando os mais combativos e nomeando interventores, muitas vezes militares (SILVA, 1990, p. 369).

estar contrário ao regime era ser de antemão antipatriota, entreguista, a favor de ideologias e paradigmas que não diziam respeito à trajetória histórica e aos interesses do país. Portanto, deveriam estar fora do cenário político e social, não eram cidadãos, mas sim criminosos, os tão propalados subversivos, que mereciam todas as formas discricionárias de tratamento.

De modo geral, as perseguições realizadas pelo governo militar tinham o objetivo de eliminar todos aqueles que pudessem se opor de alguma maneira e, assim, controlar as áreas políticas, militares e ideológicas do país. Logo, quebrar a espinha dorsal de qualquer possível oposição foi o objetivo perseguido pelo regime militar e dos segmentos aliados a ele, durante todo o período.

Apesar de todo o empenho do governo militar para desmobilizar a população civil, evitando, assim, qualquer tipo de oposição, aos poucos, essa população que se opunha ao regime militar se rearticula. Assim, a oposição/resistência vai ressurgindo como uma manifestação popular, civil ou militar, de cunho político, social ou econômico frente às formas repressivas e opressivas dos detentores do poder. De fato, nos anos iniciais a oposição se encontra mais fortemente abalada, contudo, no mesmo momento em que o regime se solidifica, grupos opositores se rearticulam na tentativa de derrubar tal governo.

O próprio modelo do governo ditatorial, nos âmbitos político e econômico, propiciou uma “aliança informal entre vários setores de oposição”(ALVES, 2005, p. 141). Portanto, a necessidade de criar ou fortalecer organismos da sociedade civil tornou-se “estratégia para confrontar um Estado centralizador e autoritário”(LOPES, 1997, p. 39). Após 1964, principalmente em 1968, eclodiram diversas formas de luta contra o regime militar, nos quais, uma juventude intelectualizada, contestadora e anticapitalista foi responsável por uma oposição radical durante esse regime, através de manifestações de rua, comícios e passeatas (ALVES, 2005, p. 141).

Nos anos iniciais do regime militar, isto é 1964 e 1965, nota-se um arrefecimento na mobilização popular que marcou os anos imediatamente anteriores. Esse acontecimento pode ser explicado por duas razões. A primeira consiste na desmobilização dos movimentos sociais até então existentes. Líderes sindicais e estudantis, professores, estudantes, intelectuais, organizadores leigos dos movimentos católicos eram os setores mais visados para a perseguição (ALVES, 2005, p. 72). Portanto, o poder militar se impõe na tentativa de impedir a participação de movimentos sociais nos âmbitos políticos, sociais, culturais e econômicos.

A segunda razão consiste na crença, de alguns setores da população, que os militares apenas estariam agindo como moderadores temporários de uma crise gerada pelo governo Goulart. Assim, esses setores acreditavam no caráter transitório do governo. Mas, quando perceberam o autoritarismo dos militares, as inquietações quanto a esse regime se tornaram patentes. Sobre isso, Le Ven e Neves (1996, p. 90) afirmam que em Belo Horizonte “havia no ar [...] certo sentimento de que a ‘Revolução’ não veio para ficar”. Relacionando essas duas razões, Martins Filho (1987, p. 78-81) afirma que além de a repressão ter agido para a desarticulação dos movimentos sociais, naquele momento, grande parte dos setores da sociedade civil, como a classe média e a Igreja, temiam o “perigo comunista” e acreditavam nas ideias de segurança e desenvolvimento defendidas pelos militares.

O movimento estudantil, representado pela União Nacional dos Estudantes, havia ganhado destaque no âmbito das manifestações sociais desde o governo de Juscelino Kubistchek e, apesar de toda a repressão, essas movimentações existiram, de modo clandestino e sendo sempre abafada pelos detentores do poder. Segundo Silva (2001, p. 54 -55), o Movimento Estudantil foi praticamente o único que, durante o populismo, se manteve instituído e por isso, desenvolveu o papel de principal associação de ação e resistência contra o regime militar.

Inicialmente, os estudantes não conseguem realizar mobilizações significativas, contudo, a partir de 1965, à medida que os estudantes vão se reorganizando, o Movimento Estudantil se torna a única esfera da sociedade com possibilidade de mobilizar outros setores contra o governo ditatorial. Assim, mesmo tendo sua esfera de ação em espaços coletivos institucionais bastante restritos, o Movimento Estudantil consegue se reorganizar e manter a unicidade dos estudantes a partir da atuação clandestina da UNE. O Movimento Estudantil alcança, aos poucos, forte representação na sociedade civil, tendo em vista que os seus participantes abordavam assuntos que vão além das demandas especificamente estudantis, pois os mesmos clamavam por mudanças nos aspectos político, econômico e social do país. Além de tudo isso, o Movimento Estudantil mantinha uma composição heterogênea, já que seus participantes eram provenientes de diversas camadas sociais, apesar de a maioria ser pertencente às camadas sociais mais privilegiadas, devido ao reflexo da estrutura do ensino universitário elitista (SILVA, 2001, p. 58).

#### **4. ESTUDANTES EM PROTESTO NA CAPITAL MINEIRA**

Após o golpe civil-militar, e todo o empenho do governo estabelecido para desmobilizar a população civil, a oposição/resistência vai se rearticulando, ressurgindo como uma manifestação popular, civil, de cunho político, social ou econômico frente às formas repressivas e opressivas dos detentores do poder. Após 1964, principalmente em 1968, eclodiram diversas formas de luta contra o regime civil-militar, nos quais, uma “juventude intelectualizada, contestadora e anticapitalista foi responsável por uma oposição radical durante esse regime, através de manifestações de rua, comícios e passeatas”(ALVES, 2005, p. 141). Dentro desse cenário de oposição é possível destacar o papel dos estudantes que agiam em várias regiões do Brasil.

O presente capítulo objetiva a análise do repertório da ação coletiva estudantil em contestação ao regime civil-militar, na região central de Belo Horizonte, de 1964 a 1968. Para tanto, inicialmente, será realizado um panorama sobre a região central de Belo Horizonte como um lugar-síntese para as ações coletivas.

##### **4.1 A região central de Belo Horizonte: lugar-síntese das ações coletivas**

A capital de Minas, Belo Horizonte, planejada sob o signo da Modernidade e da República, tem como demarcação da área central os limites dentro da Avenida do Contorno<sup>10</sup>. Durante várias décadas após a inauguração da cidade, o entorno da Praça Sete de Setembro concentrou instituições financeiras, educacionais e políticas, além de concentrar também moradias da classe média (SILVA, 2001, p. 62). Além disso, a dinâmica do transporte urbano ocorria com os ônibus transitando apenas no sentido bairro-centro e centro-bairro, favorecendo a convergência da população para o centro.

O centro desempenha o papel de ponto de convergência da população, já que congrega diferenciados grupos de pessoas e, segundo Lemos (1988, v. I, p. 17), através de uma percepção sociológica e urbanística, a região central de Belo Horizonte pode ser caracterizada como um lugar de intercâmbio. As atividades de intercâmbio desse local englobam atividades econômicas e também, a “... organização sócio-política, gerando

---

<sup>10</sup> As principais vias do centro da cidade estão próximas à Praça Sete de Setembro, sendo elas: Avenida Afonso Pena, Rua da Bahia e Espírito Santo. Justamente nesse entorno é que se encontra a Igreja São José. Também merece destaque a Praça da Liberdade que, até 2010, abarcava a sede do poder estadual – Palácio da Liberdade.

um centro de decisão”. Por isso, ainda hoje, essa região permanece como principal palco de manifestações dos mais variados tipos, pois, “O centro, lugar-síntese da reunião, tornou-se o local privilegiado da manifestação e do discurso uníssono dos anseios políticos do belo-horizontino” (LEMOS, 1988, v. II, p. 287).

Dessa forma, o centro, por sua confluência de instituições financeiras, políticas, econômicas e educacionais, ficou marcado como palco para as lutas sociais de Belo Horizonte, tendo em vista a sua visibilidade. O centro da cidade atua como uma caixa de ressonância, pois, é o encontro de todas as falas

[...] na medida em que é construído como montagem de virtualmente todas as falas que circulam na grande praça central: além de matérias de jornal, textos de publicidade, versos bíblicos e, sobretudo, a fala popular metropolitana ao vivo. (BOLLE, 1986, p. 131)

O centro da cidade se reafirmou como local de discussão, manifestação e propaganda política. Segundo Lemos (1988, v. II, p. 212)

Seu espaço, mais uma vez, funcionou como pólo centralizador de pessoas e atividades, passando a constituir um lugar privilegiado de troca e divulgação de ideias. A capacidade do centro de transmitir e divulgar imagens e ideias está diretamente relacionada à capacidade do seu espaço de concentrar atividades e pessoas. Nesse sentido, consolida-se como lócus ideal para o intercâmbio de ideias, palco e cenário de conflitos e tensões políticas.

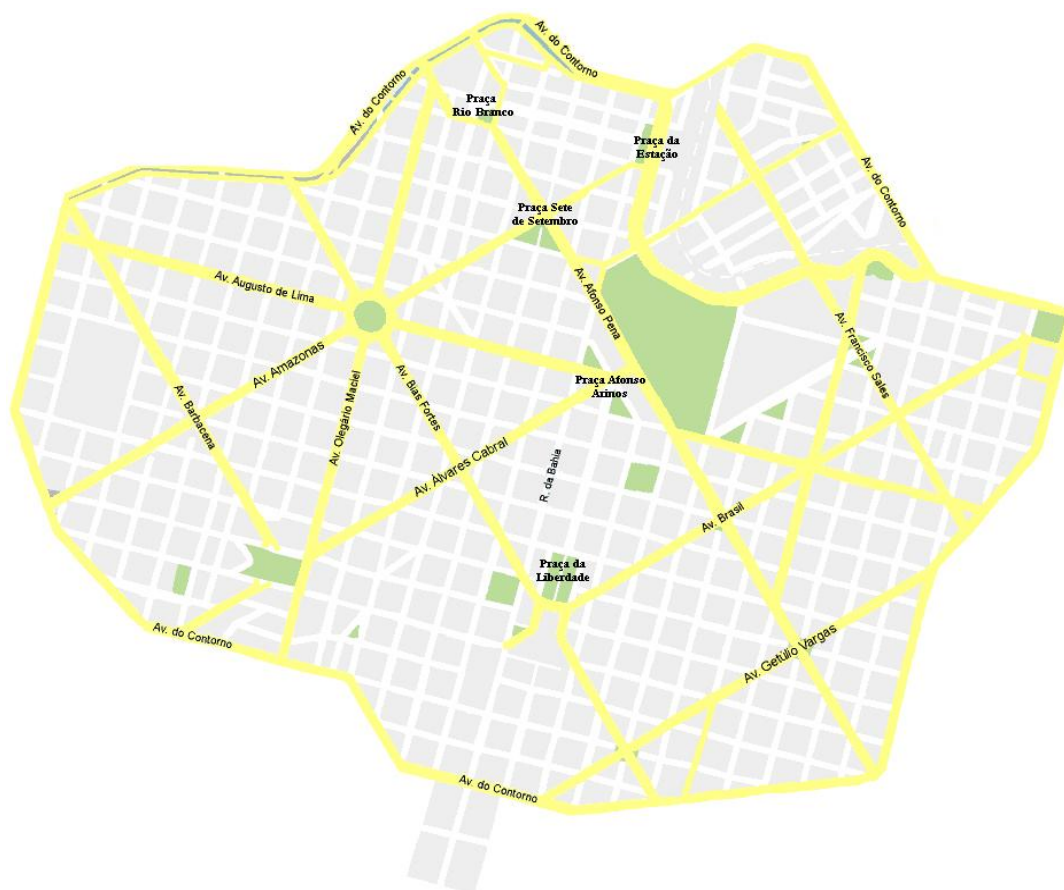


Figura 1: Limites da Avenida do Contorno.

O centro possui como referência, ou o coração da cidade, o entorno da Praça Sete. Essa região é marcada por diversos movimentos sociais que mobilizaram a atmosfera política de cada época, ocasionando manifestações de rebeldia e contestação ao poder. Portanto, esse local foi sendo paulatinamente apropriado pelos movimentos sociais como espaço de manifestação, dimensão que não estava inicialmente relacionada a tal espaço. De acordo com Carvalho (2005, p. 66), a região dessa praça, vista como um local de difusão de ideias é também, palco de diversas manifestações públicas por possuir “... caráter de visibilidade, publicização e reverberação daquelas ações, mas também como local de entroncamento viário, o que possibilitava um deslocamento rápido e fácil dessas ou para outras manifestações.” (CARVALHO, 2005, p. 75). A utilização da Praça Sete, como *locus* das manifestações políticas, ocorre por grupos de variadas ideologias políticas. Além disso, a Praça Sete normalmente faz parte do trajeto das manifestações seja para o início ou término da passeata.



Logradouros próximos à Praça Sete, como por exemplo, as Avenidas Amazonas e Afonso Pena, que se cruzam, possuem forte importância nas manifestações coletivas. Essas vias ligam importantes pontos da cidade: a Avenida Amazonas liga o centro de Belo Horizonte à Cidade Industrial enquanto a Avenida Afonso Pena perpassa a rodoviária da cidade, situada na Praça Rio Branco, até a região sul. Já a Rua da Bahia é uma das principais ruas de Belo Horizonte, desde a inauguração da cidade. Em sua extensão, sai da Avenida do Contorno no Centro e chega até, quando começa a Rua Carangola, ao bairro Santo Antônio, passando pela Praça da Estação e também pela Praça da Liberdade, tendo sido muito utilizada no início do século XX como porta da cidade, pois ligava a estação de trens à sede do governo estadual. Segundo Gonzaga (2009, p. 82) devido ao seu trajeto, ligando vários pontos da cidade, a Rua da Bahia “sempre foi caminho de poetas manifestantes, compondo as situações que se relacionam a efervescência cultural e política da cidade, pois sempre abrigou lugares de encontro como cafés, livrarias, teatros e bares”. Portanto, essa também é uma importante via utilizada em manifestações.<sup>11</sup>

Outra Praça de Belo Horizonte que merece destaque como palco de manifestações públicas consiste na Praça da Liberdade, que foi sede do governo estadual até 2010, que apresentava-se, portanto, pela monumentalidade do poder. Os manifestantes, ao escolherem esse local, buscavam uma interlocução com o governo ou protestavam contra ele. Segundo Le Ven e Neves (1996, p. 88) o caminho da Praça Sete até a Praça da Liberdade foi trilhado por vários manifestantes, de diversas categorias sociais, como é o caso dos mineiros de Nova Lima, professores, bancários e, de acordo com essa pesquisa, estudantes. Segundo Caldeira (1998, p. 113), a Praça da Liberdade consolidou-se no imaginário social como um lugar-símbolo que representava o mito da liberdade e manifestar ali era lutar contra o autoritarismo. Caldeira (1998, p. 114) realiza uma comparação entre a Praça Sete e Praça da Liberdade no final da década de 60 e afirma que nesse período

... havia em Belo Horizonte várias outras praças, principalmente nos bairros residenciais; porém as referências continuavam sendo a Praça da Liberdade e a Praça Sete, esta última, localizada no centro tradicional. As justificativas na concepção de Brasil (1992: 39) eram o caráter multifuncional e a possibilidade de serem ‘as únicas praças apropriadas pelos diversos estratos da população, mesmo que em tempos e momentos diferenciados’.

---

<sup>11</sup> Muitas manifestações em contestação ao regime militar saíam da Praça Afonso Arinos, no qual se localizava a Faculdade de Direito da UFMG, e passavam pela Rua da Bahia a fim de alcançar as mediações da Praça Sete de Setembro.

Já a Praça Rui Barbosa – conhecida como Praça da Estação - possui uma simbologia específica e foi palco de manifestações, contudo, em menor número. Nessa praça, a monumentalidade do poder não é expressiva, esse espaço público é o local da chegada à cidade. A Praça da Estação é um espaço transitório, pertencente à cidade, mas um lugar que pode ser associado ao “estrangeiro”. Durante a década de 1960, devido o crescimento da cidade, incremento do transporte público e o alto consumo de bens duráveis, como o caso do automóvel, os espaços públicos, como a Praça da Estação, passam a ser vistos pela lógica da circulação e não enquanto lugar de encontro (ARROYO, 2004, p. 100).<sup>12</sup>

Outro aspecto relevante sobre a região central vem do fato de que, justamente, nessa área se concentravam as principais faculdades da cidade na década de 1960. Nesse espaço central, encontravam-se as faculdades de Direito, Filosofia, Medicina e Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais (atual UFMG); faculdades de Filosofia, Direito, Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (atual PUC) e também os diretórios centrais dos estudantes dessas instituições<sup>13</sup>. Portanto, a região central torna-se lugar privilegiado para manifestações de protestos organizados por estudantes. Além disso, é também no centro que os escritórios, moradias da classe média e comércio estão inseridos. O centro de Belo Horizonte é um lugar estratégico, com intensa movimentação de pessoas, que poderia permitir o apoio de transeuntes e moradores da região às manifestações estudantis.

---

<sup>12</sup> A Praça da Estação foi palco de variadas manifestações na década de 1970, entretanto, as mesmas ocorrem em menor número no decênio anterior.

<sup>13</sup> A Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Minas Gerais encontrava-se na Rua Carangola, portanto, fora dos limites da Avenida do Contorno. Entretanto, a mesma não pode deixar de ser considerada como importante âmbito na luta contra a ditadura.



## LEGENDA

- |   |  |
|---|--|
| ① Faculdade de Medicina - UFMG                                  | ⑦ Faculdade de Ciências Médicas - UCMG |
| ② Faculdade de Direito - UFMG                                   | ⑧ Faculdade de Arquitetura - UFMG      |
| ③ Faculdade de Ciências Econômicas - UFMG                       | ⑨ Faculdade de Farmácia - UFMG         |
| ④ Faculdade de Engenharia - UFMG                                | ● DCE - UFMG                           |
| ⑤ Faculdade de Filosofia - UFMG                                 | ⊙ UEE                                  |
| ⑥ Faculdades de Filosofia, Direito, Serviço Social e DCE - UCMG |  |

Figura 2: Disposição das Faculdades e Diretórios Estudantis no centro de Belo Horizonte.

Além dessas manifestações estudantis, foi justamente no espaço urbano do centro de Belo Horizonte que inúmeras manifestações contra o nacional-populismo, incorporado por João Goulart, ocorreram.<sup>14</sup>

<sup>14</sup> As manifestações femininas de repúdio a suposta infiltração comunista no Brasil, baseadas no *slogan* Deus, Pátria e Família, também ocorreram nesse local. Após a deposição de João Goulart, tem-se a Marcha da Família com Deus pela Liberdade que adquire um significado de desfile/comemoração da vitória dos golpistas.

## 4.2 Efervescência social em Belo Horizonte: pré-1964

A cidade de Belo Horizonte, no início dos anos de 1960 apresentava a um observador “desavisado a imagem de uma pacata cidade, cujos habitantes levavam uma vida que nos parece hoje incrivelmente tranqüila: poucos crimes, tráfego reduzido e distrações inofensivas” (STARLING, 1986, p. 77). Deixando de lado essa visão de cidade pacata, Vieira (1998, p. 81) observa o crescimento da mobilização social já que a capital mineira, durante o decênio de 1960, apresentava uma intensa vida cultural e política. Essa mobilização social e política inicia-se a partir de 1955, quando os movimentos operário e camponês promoveram eventos e congressos que faziam da capital mineira um espaço mobilizado e organizado. Segundo Le Ven e Neves (1996, p. 88), “respirava-se, enfim, um ar novo e alimentava-se de uma esperança coletiva”. Nesse momento, a presença física dos trabalhadores invadia o espaço urbano e o entorno da Praça Sete contava com variadas sedes de sindicatos como a dos bancários, do comércio, dos *chauffers*, alfaiates, dentre outros.

Trabalhadores e organizações manifestavam-se publicamente no centro de Belo Horizonte: em 1954 e 1961 os mineiros de Nova Lima realizaram grandes passeatas, operários da fábrica têxtil fizeram a passeata das “panelas vazias”, os bancários e jornalistas realizavam greves e piquetes. A população favelada de Belo Horizonte – que se organiza na Federação dos Trabalhadores Favelados -, vivia em constante ameaça de expulsão e sem benefícios, reage em grandes manifestações lutando por pela legalização da posse dos terrenos e melhorias urbanas (SOMARRIBA; VALADARES; AFONSO, 1984, p. 43).

Sendo assim, Belo Horizonte também viveu esse período de mobilização social, conforme outras regiões do país. Trabalhadores, estudantes e outros segmentos da sociedade manifestavam-se no centro da cidade inquietando a ideologia da “Tradicional Família Mineira”. Eventos como o Congresso dos Trabalhadores Rurais, realizado na antiga Feira de Amostras (atual Praça Rio Branco), a Frente de Mobilização Popular e o Comando Estadual dos Trabalhadores reafirmaram a vontade de participação política de vários setores da sociedade mineira e assustavam a ala conservadora. Essa efervescência política de vários segmentos da população brasileira causou preocupação aos setores conservadores de Minas Gerais. Tal preocupação ocorre, pois, “o apelo à mobilização popular como força inequívoca e definitiva na construção do novo Brasil, estava colorido por tons perigosamente radicais.” (STARLING, 1986, p. 27). Dessa maneira,

pode-se afirmar que o universo pré-1964 caracterizava-se por um mundo polarizado, no qual, cada classe social manifestava diferentemente sua visão de mundo (LE VEN; NEVES, 1996, p. 89). Além disso, é justamente no estado de Minas Gerais é que se teve, conforme Bandeira (1978, p. 156) um dos principais núcleos da reação conservadora. Em Belo Horizonte as forças conservadoras vão ganhando as ruas e se confrontando com os ativistas de esquerdas: em janeiro de 1964, os setores ligados à ideologia Tradição, Família e Propriedade e ao Movimento das Mulheres passaram a atuar nas ruas com vistas a confrontar e impedir a atuação das esquerdas. Nessa situação o Congresso dos Trabalhadores da América Latina (CUTAL), marcado para ocorrer na capital mineira, de 24 a 28 de janeiro daquele ano, teve que ser transferido para Brasília, tendo em vista as ações dos grupos de direita.

Desde o final da década de 1950, o empresariado mineiro já mostrava preocupação com a crescente participação popular no processo político do país. A ampliação da capacidade de reivindicação dos setores populares e o consequente aumento das organizações e atividades políticas e culturais assustavam esse setor da sociedade. Esse mesmo núcleo da população, que não via o governo de Jango com bons olhos, alarmava-se cada vez. O empresariado mineiro passou a articular uma forte oposição ao movimento nacional-populista interligando núcleos da classe dominante de caráter antipopular, que estavam até então, desconectados. Portanto, o empresariado mineiro

passou a articular os diferentes núcleos de classe dominante de caráter antipopulista e antipopular em uma poderosa coalizão burguesa que, sob sua liderança, fosse capaz de constituir um centro estratégico de ação política responsável, em última análise, por planejar, organizar e liderar um golpe militar-estratégico dirigido ao centro de equilíbrio do regime nacional-populista (STARLING, 1986, p. 44).

Nesse profícuo terreno, a atuação do IPES expande-se para Minas Gerais, devido à importância política, geográfica e do peso das elites desse estado. Formalmente, o IPES-MG operava no 11º andar do Edifício Acaiaca, mantendo-se como um centro estratégico e ideológico de poder empresarial e forte sentimento anticomunista. A liderança do IPES-MG, desejosa de unificar vários grupos conservadores tradicionais em um organismo intermediário operacional de ação política, erigiu um “Comando Revolucionário” que conspirou contra Goulart e articulou, no interior da sociedade civil, ações desestabilizadoras (STARLING, 1986, p.82). Esse Comando Revolucionário,

buscando legitimação na Inconfidência Mineira de 1789, passa a se intitular “Novos Inconfidentes”<sup>15</sup>. O grupo dos Novos Inconfidentes era formado por heterogêneos setores da população (militares, profissionais liberais, universitários, latifundiários, clérigos, empresários do Estado e aqueles ligados aos bens de consumo) e, assim, conseguia formar uma oposição também diversificada (STARLING, 1986, p. 87 - 89).

A oposição, formada principalmente pelas classes médias, à João Goulart e suas reformas adquire maiores proporções e, desenvolvendo a ideologia do anticomunismo e antipopulismo, toma as ruas a fim de mostrar sua insatisfação com a efervescência política das esquerdas. O jornal *Estado de Minas*, após a deposição de João Goulart, em 10 de maio de 1964, veiculou um convite aos mineiros para a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, manifestação de cunho conservador, que seria realizada no dia 13 de maio daquele ano.



Figura 3: Convite para a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. (*Estado de Minas*, 10 mai. de 1964).

Assim, a oposição procurava desmobilizar os núcleos mais vigorosos e combativos da sociedade, como os membros da classe operária, trabalhadores rurais (pelo interior do Estado) e estudantes.

Nas marchas, as multidões negavam o nacional-populismo e pleitearam a volta a um passado supostamente democrático que estaria sendo ameaçado pelas Reformas e pela ‘infiltração comunista’... Tinham assim o caráter de um movimento de ‘restauração’, não visualizando a instauração de uma ordem econômica e social diferente... Pleiteava-se uma intervenção militar que, como em 1945 ou em 1954, atuasse temporariamente para ‘restabelecer a ordem’ e logo fizesse os militares retornar aos quartéis (STARLING, 1986, p. 187).

<sup>15</sup> Ambos os movimentos, a Inconfidência e o Movimento de 1964, estavam pautados no caráter de elite e também ao apelo universal da ideia de liberdade.

Esse processo inicia-se bem antes do golpe civil-militar e tem seu ápice com a vitória dos golpistas que passam a realizar suas perseguições de maneira mais explícita. Portanto, o golpe civil-militar de 1964, através da aliança entre militares, burguesia e classes médias, possibilitou a continuidade e intensificação da exclusão das classes que desejavam maior atuação sócio-política.

### **4.3 Oposição/resistência em Belo Horizonte no pós-1964**

Em Belo Horizonte, os grandes articuladores de protestos e boletins incitando a luta contra a ditadura foram os estudantes. Isso não significa que outros setores, como os trabalhadores, por exemplo, não se mobilizaram. Esses estudantes atacavam principalmente as intervenções do governo nas Universidades e pediam apoio ao povo na luta contra o regime. Em vários boletins, divulgados por estudantes belo-horizontinos, afirma-se que os mesmos lutavam pelo próprio povo a partir da premissa “É por vocês que lutamos”<sup>16</sup>.

Isso ocorria na medida em que os estudantes buscavam apoio popular para a derrubada do regime, revelando o desejo de que outros setores da sociedade participassem das manifestações coletivas organizadas pelos mesmos. Sobre esse aspecto, Starling (1986, p. 25) afirma que desde o período pré-64, os estudantes, principalmente através da UNE, assumem o *front* cultural e político e montam veículos de “conscientização em massa” para o povo brasileiro. “O povo olhava embasbacado aquela multidão de jovens que lhes ensinavam coisas de dedo em riste, [...] querendo transformar os operários e camponeses em revoadas de torsos heróicos” (STARLING, 1986, p. 25). Assim, esse desejo de participação de todo o povo brasileiro na derrubada da ditadura manteve-se durante o regime.

Os estudantes possuíam como imperativo prático das lutas sociais uma aliança operário-estudantil-camponesa, significando práticas diferenciadas de interação junto a esses setores. Para o Movimento Estudantil, essa aliança foi um instrumento de mobilização e uma forma de tentar potencializar as reivindicações coletivas que visavam à libertação nacional, envolvendo os setores sociais que eram considerados fundamentais e os estudantes “esclarecidos”. Nesse sentido, é necessário considerar a

---

<sup>16</sup> Arquivo Público Mineiro / Departamento de Ordem Política e Social. Pasta 5331 (Boletins subversivos), Rolo 087. Imagem 120. Nov. 1960 – Maio 1971.

função que os estudantes se atribuíram de “responder com uma atitude de compromisso com o projeto dos oprimidos”<sup>17</sup>, principalmente quando se consideraram aptos a “agir[em] em ordem a colaborar para que as massas [assumissem] a consciência dos seus direitos e do imperativo histórico da sua ascensão”<sup>18</sup>.

A oposição/resistência ao governo militar de 1964 a 1968, no Brasil e em Belo Horizonte, mais especificamente, comporta duas fases distintas, sendo a primeira fase (1964-1965) marcada por certa paralisia dos movimentos contrários ao regime ditatorial. Na segunda fase (1966-1968) tem-se uma nítida mudança desse quadro, ao passo que nesse momento há maior participação, mobilização e protestos populares contra o governo.

#### **4.3.1.1 Primeira fase: os anos iniciais da ditadura (1964 – 1965)**

Nos anos iniciais da ditadura militar, de modo geral, não ocorrem significativas manifestações de rua, tendo em vista, o abrandamento da mobilização política diante das perseguições dos militares. O próprio Movimento Estudantil, profundamente afetado após 1964, sofre com a desorganização, tendo em vista as investidas do governo militar que procurou desmobilizar tal movimento, principalmente através de uma nova organização nas universidades.

As notícias do jornal *Estado de Minas*<sup>19</sup>, no mês de maio de 1964, mencionam prisões de elementos acusados de tentar comunizar o país e provocar agitação social em todo o país. Nesse momento, professores e alunos da UMG são acusados de participar de grupos subversivos e a apreensão de documentos revela o envolvimento até mesmo do clero com a chamada “praga vermelha”. Dentro desse panorama, percebe-se como parte da sociedade encontrava-se em intensa vigilância, dificultando a realização de manifestações coletivas e outras atitudes de oposição/resistência. Contudo, nota-se que inicialmente os manifestantes, em sua maioria estudantes ligados à UNE e a UEE

<sup>17</sup> Manifesto da PUC (1961) apud CARONE(1981, p. 144).

<sup>18</sup>Manifesto da PUC (1961) apud CARONE(1981, p. 148).

<sup>19</sup>“Em presídios da capital acham-se recolhidos 240 presos políticos” (*Estado de Minas*, 6 mai. 1964, p. 8); “Estudantes detidos voltarão aos pontos de origem”. (*Estado de Minas*, 10 mai. 1964, p. 10); “Violência seria desencadeada sem contemplações: cai em poder do ID-4 terrível plano comunista de Masorca”. (*Estado de Minas*, 12 mai. 1964, p. 8); “Polícia apreende boletins subversivos: teriam sido lançados do alto do edifício Acaiaca”( *Estado de Minas*, 19 mai. 1964, p. 8); “Extensa e profunda a infiltração comunista em Minas: documentos revelam que até o clero fora atingido pela praga”( *Estado de Minas*, 24 mai. 1964, p. 14).



(União Estadual dos Estudantes), desenvolvem a estratégia de manifestar-se contra a ditadura militar a partir de boletins e panfletos que procuravam alertar a população quanto à inconstitucionalidade do governo. Nos boletins e panfletos distribuídos, as palavras de ordem são “Abaixo a ditadura”, “Abaixo a gorilada<sup>20</sup>”, “Viva a revolução dos trabalhadores”, “Abaixo a revolução dos ricos”, “Abaixo ao golpe gorila”, dentre outras. Uma das estratégias para a distribuição desses boletins consistia em atirá-los do alto de edifícios do centro de Belo Horizonte, como foi o caso do Edifício Acaiaca. Contudo, os boletins também eram distribuídos nas faculdades, principalmente na Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais, e espalhados pelo centro da cidade durante as madrugadas.

No caso específico do mês de maio de 1964, três estudantes da Faculdade de Direito da UMG distribuía panfletos, durante a noite, na região da Igreja do Orfanato de Santo Antônio. Esses estudantes buscavam divulgar para a opinião pública a cassação do mandato do Senador Juscelino Kubitschek, fazendo, assim, oposição ao governo. Quanto ao perfil desses estudantes, pode-se delimitar que eram solteiros, com a faixa etária de 20 a 30 anos, estando somente dois deles, já incluídos no mercado de trabalho<sup>21</sup>.

Dias antes do golpe militar, organizações e entidades que buscavam representar o movimento popular percebiam a eminência de um golpe e acreditavam dispor de força suficiente para detê-lo. A UNE, “denunciando uma ‘trama golpista já em execução’ divulgou em Belo Horizonte, na noite de 30 de março de 1964, um documento intitulado ‘Não capitularemos’”, conforme ressalta Starling (1986, p. 34). A partir do conteúdo dos boletins distribuídos pelos estudantes, pode-se relativizar a ideia de que nos anos iniciais do regime, a população acreditava que aquele governo militar seria algo temporário. Assim, deve-se evitar a generalização de que a população, tido como um todo coeso, acreditava nesse caráter temporário do governo.

---

<sup>20</sup> O termo “gorila” é utilizado desde o início da década de 1960 quando um suboficial escreveu no jornal *Panfleto* o artigo intitulado “O problema dos gorilas”. Tal termo, muito recorrente na época, serve aludir ao significado de “antipovo”. Segundo o argumento, a definição mais imediata para a palavra “gorila” era “inimigo do povo”. Entre o “espécime”, alega, existiam elementos civis, porém, são os militares aqueles que oferecem os maiores contingentes ao “gorilismo”. Fenômeno latino-americano, fascista e anticomunista, “o gorila” é particularmente subserviente aos ditames dos chefes militares do Pentágono. O “gorila” militar é um dos instrumentos mais brutais com que o capital monopolista procura esmagar os povos. Conforme Ferreira (p. 4-5).

<sup>21</sup> Arquivo Público Mineiro / Departamento de Ordem Política e Social. Pasta 3852 (Movimento Estudantil), Rolo 049. Imagem 6 - 12. Jun. 1964.

Como um claro exemplo da intensa vigilância que tomou conta das ruas da cidade, em julho de 1964, é inaugurado um posto policial no Edifício Maletta para conter as reuniões esquerdistas que ocorriam naquele local. Portanto, nota-se a preocupação do Estado Golpista em “varrer” qualquer sinal de oposição, evitando que a mesma se rearticulasse. Em setembro do mesmo ano, a Federação dos Trabalhadores Favelados é extinta a partir da acusação de subversão e “comunização” do movimento, reafirmando a intensa perseguição aos movimentos sociais em geral<sup>22</sup>.

No ano de 1965 a distribuição de panfletos e boletins “subversivos”, já que criticavam o governo, continuou acontecendo. Em 16 de agosto do mesmo ano ocorre uma passeata estudantil que foi duramente reprimida pela polícia, já que os estudantes manifestaram o repúdio a lei 4.464/64, a Lei Suplicy. A lei Suplicy, promulgada em novembro de 1964, se impõe como mais um aparato do governo para desestabilizar o Movimento Estudantil, já que a mesma buscava destruir a autonomia e representatividade de tal movimento. Segundo Silva (2001, p. 73 - 74), a Lei 4.464/64 era uma tentativa de transformar as entidades estudantis livres em órgãos diretamente vinculados ao Ministério de Educação, o MEC. De acordo com a lei, a UNE seria extinta, bem como todas as organizações dos Estados, sendo as mesmas substituídas pelo Diretório Nacional dos Estudantes (DNE) e pelos Diretórios Estaduais (DE’s), no qual, essas novas organizações seriam controladas pelo Ministério da Educação. A Lei Suplicy ainda continha dispositivos para controlar a vida dos estudantes nas escolas, pois, segundo seu texto, ficava

... vedado aos órgãos de representação estudantil qualquer manifestação ou propaganda de caráter político- partidário, bem como indicar, promover ou apoiar ausência coletiva dos trabalhadores escolares, isto é, greves. Determina também que diretores de faculdades, de escolas e reitores incorrerão em falta grave se por atos, omissão ou tolerância permitirem o não-cumprimento da lei (FÁVERO citado por SILVA, 2001, p. 74).

A partir dessa série de limitações que a Lei 4.464/64 estabelecia os estudantes não aceitariam passivamente tais medidas, pois, a prática dessa lei resultaria no “definitivo desmantelamento de suas organizações e o atrelamento ao Estado das entidades recém-criadas por força de lei” (CAVALARI, 1987, p. 42). Apesar do desejo de diálogo dos estudantes com o governo para demonstrar a insatisfação com a nova lei,

---

<sup>22</sup>“Interventor extingue a Federação dos Favelados: Era um foco de agitação subversão e exploração”. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 27 ago. 1964. Primeira Seção. p. 12.

o mesmo não ocorre, sendo a Lei Suplicy aprovada pelo Congresso Nacional. Assim, os estudantes não aceitam a lei, tendo em vista que aceita-lá seria descartar a legitimidade da UNE. Dessa forma, a Lei que serviria para controlar o Movimento Estudantil, acaba atuando como fator de aglutinação e contribuindo para o início de sua reorganização.

A passeata estudantil ocorrida na região central de Belo Horizonte, foi o desdobramento de uma Assembleia Geral realizada no Teatro Francisco Nunes, que buscava analisar a situação estudantil com o advento da Lei Suplicy. Após a Assembleia, os estudantes, portando cartazes e faixas ofensivos ao governo e a nova legislação, se manifestaram pelo centro da cidade sem autorização do Departamento de Vigilância Social – DVS – que deveria definir os tipos de reuniões/manifestações que poderiam ocorrer. Sendo assim, houve uso de violência policial, bem como a prisão de sete participantes, que somente foram liberados na parte da tarde<sup>23</sup>.

Outra passeata estudantil também ocorreu, em 1965, em virtude de protesto contra a atitude do presidente Castelo Branco, que se encontrava em Belo Horizonte, de apoio aos Estados Unidos na intervenção da República Dominicana. De acordo com Silva (2001, p. 76), os estudantes ganham força nessa manifestação, pois, utilizaram da estratégia de se protegerem na Câmara Municipal, situada na Rua dos Tamoios entre as ruas Rio de Janeiro e São Paulo. Os manifestantes tumultuaram a ação dos policiais e evitaram que um maior número de prisões ocorresse. Os estudantes, que estavam cercados pela polícia, refugiaram-se na Assembleia que, de acordo com a Constituição, não poderia ser invadida pelos policiais. Dentro da Assembleia, os estudantes usaram as rádios locais para falarem diretamente à população, o que provocou apoio de parte da mesma. Muitos familiares de manifestantes se dirigiram ao entorno da Assembleia Legislativa para demonstrar apoio aos mesmos. Assim, as forças policiais acabaram cedendo e estudantes que haviam sido presos acabaram sendo libertados, em virtude da repercussão alcançada por tal movimento de protesto (SILVA, 2001, p. 76).

Com a promulgação do Ato Institucional número 2, em 17 de outubro de 1965, ficava estabelecido que o presidente, vice-presidente e governadores seriam eleitos indiretamente, dificultando, então, qualquer vitória eleitoral da oposição. Além disso, o AI-2 estabeleceu a extinção dos partidos políticos criados no período do Estado Novo, estabelecendo o bipartidarismo. Em resposta a esse ato autoritário, em novembro de 1965, estudantes foram vistos distribuindo boletins que criticavam o Ato Institucional

---

<sup>23</sup>“Polícia impediu passeata de estudantes: gás e prisões”. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 17 ago. 1965. Segunda Seção. p. 10.

número 2, na região da Cidade Industrial, próximo à *Mannesman*. Essas ações nos fazem remeter que os estudantes buscavam apoio de outros setores da sociedade na luta contra a ditadura, buscando colocar em prática a almejada união “estudantil-operária”<sup>2425</sup>.

Dessa maneira, a oposição/resistência se rearticula tendo como base o Movimento Estudantil, que atingido pela Lei 4.464/64, busca sua melhor articulação e tem o repúdio por essa lei como elemento aglutinador. Sobre esse aspecto, Alves (2005, p. 82) afirma que a

extinção arbitrária da UNE e a promulgação da legislação destinada a controlar os estudantes determinou, entretanto, o ressurgimento da oposição dentro do movimento estudantil, apesar da repressão. Na realidade, o apoio da população estudantil à UNE aumentou após a promulgação da Lei Suplicy, que dissolveu a tradicional organização.

#### **4.3.1.2 Segunda fase: reorganização dos movimentos de oposição/ resistência (1966 – 1968)**

Na segunda fase dos movimentos de oposição ao regime militar, os estudantes desenvolvem intensas manifestações, bem como os trabalhadores em geral. Nessa fase percebe-se maior envolvimento de outros setores da sociedade com o movimento dos estudantes. Vivia-se, então, um clima de rearticulação dos movimentos sociais, apesar de todas as medidas governamentais que buscam bloquear essa situação. Esse clima de participação e organização de passeatas e protestos contra o regime somente cessaria com a promulgação do Ato Institucional número 5, que garantiu um significativo endurecimento do regime. A partir de 1966, com três Atos Institucionais decretados, crescia o sentimento antigoverno no seio da população e, por isso, o número de manifestações e marchas de protesto crescia (SKIDMORE, 2004, p. 107 – 108). Sobre esse sentimento antigoverno, Alves (2005, p. 98) nos fornece dados sobre os níveis de popularidade do governo que vinham decaindo. Desde abril de 1964, o estado de espírito da população mudara consideravelmente. Uma pesquisa de opinião pública realizada no Estado da Guanabara estabelecia resultados alarmantes: “perguntados se aprovavam e apoiavam a política do novo governo, 63% responderam ‘não’, 18 % não

<sup>24</sup> Arquivo Público Mineiro / Departamento de Ordem Política e Social. Pasta 5331 (Boletins Subversivos), Rolo 087. Imagem 145, 158 – 160. 12. Nov. 1960 – Maio 1971.

<sup>25</sup> “Boletins subversivos na Cidade Industrial: Polícia em ação procurando descobrir os provocadores”. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 7 nov. 1965. Oitava Seção. p. 14.

tiveram opinião e apenas 19% mostraram-se a favor”. Assim, percebe-se que esses índices de impopularidade do regime ditatorial cresceram de modo significativo nos anos compreendidos entre 1966 e 1968.

Portanto, nos anos de 1966 a 1968, ocorre a reorganização dos movimentos sociais, apesar das contínuas perseguições realizadas pelo governo. Conforme já fora salientado, o Movimento Estudantil desenvolverá as principais ações de oposição/resistência ao governo e, por isso, tal movimento se posicionará como o porta-voz da sociedade contra os abusos dos militares e buscará realizar manifestações de protesto com o objetivo de mostrar à população a face autoritária do governo. Sobre esse aspecto, Cavalari (1987, p. 68) salienta que

A partir de 1966, os estudantes adotaram, como tática de mobilização e de denúncia dos atos da ditadura, as passeatas em todo o país. Numa tentativa de aproximar-se da população e de obter dela seu apoio, denunciavam nas ruas, a interferência norte-americana na educação e nos destinos do país, a forma autoritária como o governo conduzia a Nação e a ausência das liberdades democráticas, além de reivindicarem mais vagas e mais verbas para a educação...

As passeatas eram proibidas e violentamente reprimidas pelas forças da ditadura, entretanto, à medida que iam acontecendo, os estudantes, acreditando ‘ser possível resistir ativamente à repressão policial’ procuravam organizar-se no sentido de frustrar a ação repressora.

Nesse sentido, as passeatas desempenham o importante papel de revelar o descontentamento com aquele governo inconstitucional e autoritário. Para Poener (1979, p. 274),

As passeatas irritam o governo e reanimaram a oposição, à medida que ampliavam o movimento estudantil, mobilizando-o, também para a invasão dos restaurantes universitários, arbitrariamente fechados, e para as greves contra o pagamento de anuidades. Aos cartazes estudantis de *Abaixo a ditadura, Viva a soberania nacional. Povo sim, ditadura não, Abaixo o imperialismo. O voto é do povo* e *Se são fortes, abram as urnas*, bem como o Hino Nacional – entoado em todas as passeatas -, o povo reagia, invariavelmente, com aplausos e chuvas de papel picado do alto dos edifícios.

A partir de 1966, as manifestações estudantis se tornam cada vez significativas, com destaque para a Passeata do Calouro, ocorrida em março do mesmo ano. De acordo com Poener (1979, p. 246), “a mobilização estudantil, que empolgaria o país, se irradiou a partir de Minas, na primeira quinzena de março, quando uma passeata em Belo

Horizonte foi brutalmente reprimida pela polícia”. A Passeata do Calouro e seu desdobramento, a Passeata do Silêncio ou Passeata do Luto - mostram a utilização de diferentes estratégias de manifestação. A Passeata do Calouro ocorreu na Avenida Afonso Pena e teve a participação de três mil manifestantes que, portando cartazes, fizeram duras críticas ao governo<sup>26</sup>. Essa manifestação teve repercussão nacional, uma vez que os militares entraram na Igreja São José para espancar e prender os estudantes que procuravam refúgio naquele local, causando indignação da sociedade. Após esse acontecimento, a União Estadual dos Estudantes, os Diretórios Centrais dos Estudantes da UFMG e da Universidade Católica decidiram estabelecer uma greve geral que duraria três dias. Segundo Silva (2001, p. 69), estudantes da Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro também foram às ruas em sinal de solidariedade aos colegas belo-horizontinos e os universitários de Juiz de Fora lançaram um Manifesto afirmando o direito constitucional de reunião e manifestação do pensamento<sup>27</sup>.

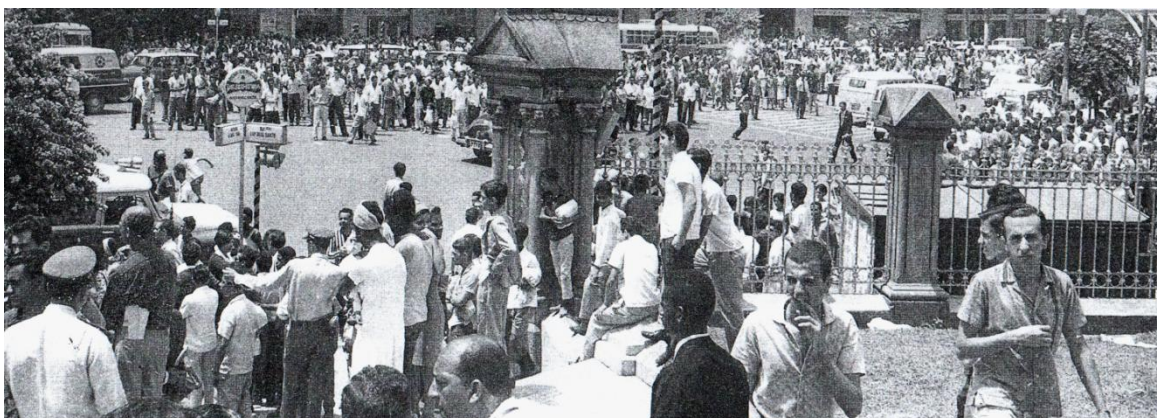


Figura 4: Manifestantes se refugiando na Igreja São José.

Fonte: *Estado de Minas. 7 décadas: A história e a vida de Minas em retrato.*

---

<sup>26</sup> De acordo com a reportagem do jornal Estado de Minas, os estudantes empunhavam cartazes como dizeres como: “Mais feijão e menos canhão”, “Mais casas e menos Castelos”, “Kampanha Kalouro Kontra Kastelo” e outras. Passeata estudantil com cartazes políticos dissolvida. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 13 março 1966. Primeira Seção. p. 16.

<sup>27</sup> Arquivo Público Mineiro / Departamento de Ordem Política e Social. Pasta 5331 (Boletins Subversivos), Rolo 087. Imagem 132. 12. Nov. 1960 – Maio 1971.



Figura 5: A passeata do Silêncio, desdobramento da passeata do Calouro.  
Fonte: Jornal Estado de Minas

Tendo em vista as agressões sofridas por dirigirem palavras ofensivas ao governo, os manifestantes adotaram a tática do silêncio na passeata dos dias subsequentes. Com faixas e mordanças pretas, cerca de três mil estudantes e saíram da Faculdade de Direito da UFMG e percorreram as ruas centrais da cidade na intenção de evidenciar a morte da democracia (simbolizada pelas faixas pretas) e a falta de liberdade de expressão, somente sendo dispersos na altura da Rua Tamoios. Mesmo com a mudança de tática, houve uso de violência policial para dispersar os manifestantes. Além desse novo tipo de tática utilizado, universitários, aceitando o oferecimento do deputado Bonifácio de Andrada, se dirigiram a Assembleia Legislativa e redigiram boletins com linguagem violenta e pesadas acusações ao regime. Essa “abertura” da Assembleia Legislativa demonstra que a população, aos poucos, abria espaço para as mobilizações estudantis.

Na nítida intenção de evitar que a população se comovesse com os protestos encabeçados pelo Movimento Estudantil, o delegado titular do DVS, Pedro Bandeira, declara ao jornal *Estado de Minas* que as passeatas estudantis têm clara infiltração comunista, comprometendo a ordem, principalmente através do grupo Ação Popular (AP), formado em 1962 e resultante do movimento católico, que possuía grande base de sustentação no meio estudantil bem como no movimento operário (STARLING, 1986, p. 204 – 205).

O XXVIII Congresso da UNE deveria acontecer em 28 de agosto de 1966 na capital mineira. A realização do Congresso, considerado legal pelos seus organizadores – “sob a alegação de que ‘o decreto presidencial que determinou o fechamento da UNE por seis meses já terminou’” e ilegal pelo Secretário de Segurança de Minas, causou bastante repercussão na cidade (POENER, 1979, p. 247). Desde meados do mês de agosto, notícias de jornais revelam que a polícia planejava uma intensa ação a fim de impossibilitar a reunião estudantil. Estudantes distribuía panfletos, empunhavam cartazes e vendiam bônus para angariar fundos e apoio para o XXVIII Congresso. Em virtude dessa mobilização estudantes foram presos, as sedes da União Estadual dos Estudantes e do Diretório Central dos Estudantes foram interditadas pelas forças policiais.

Durante todo o mês de agosto, o jornal *Estado de Minas* publica notícias de que o policiamento seria reforçado, principalmente nos pontos estratégicos da cidade que poderiam abarcar concentrações estudantis. Dessa forma, lugares privilegiados por manifestações, como a Avenida Afonso Pena, proximidades da Faculdade de Direito e da Igreja São José, seriam alvo de maior vigilância. Além disso, ficou decretado de que todas as unidades da Universidade Federal de Minas Gerais seriam fechadas também para evitar que as Faculdades fossem centros de reunião. As principais de vias de acesso a Belo Horizonte foram interditadas, conventos, seminários e igrejas católicas, inclusive a Igreja São José, sofreram o cerco da polícia militar. Nesse cenário, o governo, de um lado, proibia a realização do congresso, enquanto os estudantes afirmavam que o “mesmo seria realizado mesmo que seja nas ruas com a colaboração dos operários e do povo” (JORNAL DO BRASIL citado por CAVALARI, 1987, p. 71).

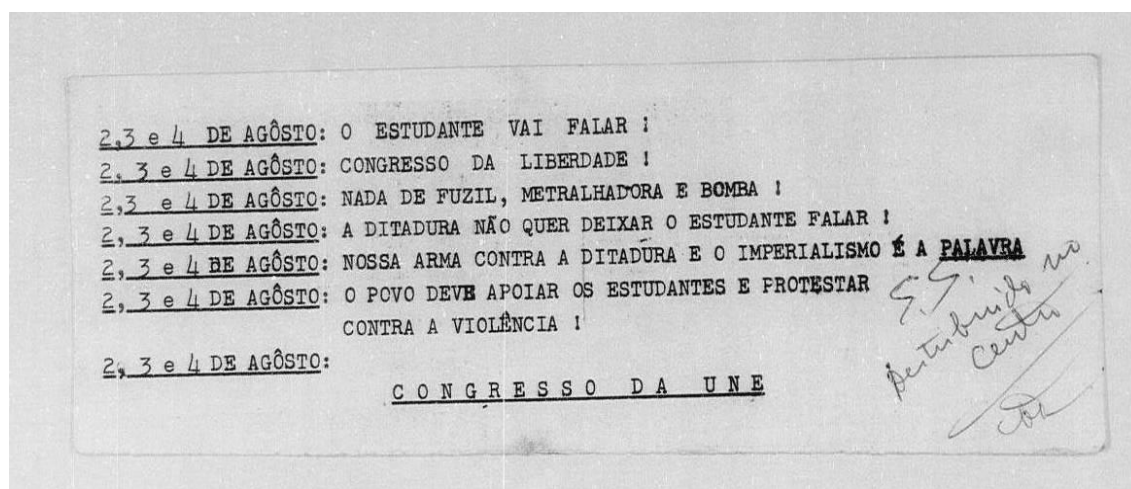


Figura 6: Boletim em busca de apoio ao Congresso da UNE.  
Fonte: DOPS Pasta 1254 – Imagem 39.



A imprensa veiculou que graças ao forte dispositivo policial e militar em pontos estratégicos da cidade, o Congresso não foi realizado<sup>28</sup>. Entretanto, os estudantes que permaneceram abrigados no Convento dos Dominicanos e Franciscanos, afirmavam que o evento foi realizado, apesar das negações dos freis. Os estudantes lançaram então as “Resoluções Político-Pragmáticas do XXVIII Congresso Nacional dos Estudantes” que aborda 18 itens de diretrizes políticas que devem ser alcançados, além de abordar aspectos da vida nacional e várias críticas ao governo. Dessa forma, o XXVIII Congresso da UNE foi realizado com a ajuda da ala progressista do clero, no qual, os estudantes se reuniram no porão da Igreja de São Francisco de Assis e no Convento dos Padres Franciscanos, “o que mobilizou a opinião pública nacional a favor dos estudantes e dos religiosos que os acolheram” (POENER, 1979, p. 248). A disposição dos religiosos, segundo Skidmore (2004, p. 108 – 109), em acolher os estudantes revela que alguns militantes da Igreja haviam se transformado em ativos opositores do regime. Nesse sentido, a articulação dos estudantes com a ala progressista do clero ficou estabelecida quando essa vertente do clero, juntamente, com parte da população acolheu estudantes em suas residências e contribuíram com alimentos e transportes.

No ano de 1966, ocorre um movimento conhecido como “Setembrada”, momento em que se tem uma intensa mobilização estudantil contra o governo militar. No mês de setembro, os estudantes belo-horizontinos ocuparam a Faculdade de Direito e ameaçaram passar a noite no local se suas exigências não fossem atendidas: liberdade para os colegas presos pelo DVS e realização de uma passeata silenciosa até o centro<sup>29</sup>. Até chegarem à Faculdade de Direito, os estudantes mostraram faixas e cartazes com críticas ao governo. Houve choque entre estudantes e agentes do DVS. Após esses acontecimentos, os estudantes lançaram uma comunicação sobre greve por período indeterminado<sup>30</sup>. Novamente, o Secretário de Segurança Pública intervém e afirma que esses acontecimentos não são fruto do movimento estudantil, mas sim de agitadores que querem subverter a ordem brasileira. O impasse somente foi solucionado por volta das 4 horas da manhã, diante de um acordo com o DVS, que soltou os estudantes detidos em

---

<sup>28</sup>“Não se realizou o congresso da UNE”. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 29 jul. 1966. Primeira Seção. p. 14.

<sup>29</sup>“Estudantes ocuparam a Faculdade de Direito”. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 17 set. 1966. Primeira Seção. p. 12.

<sup>30</sup>“Estudantes deixaram Faculdade mediante acordo e ficam em greve até terça-feira”. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 18 set. 1966. Quarta Seção. p. 16.

troca da retirada pacífica e silenciosa dos estudantes. Segundo os estudantes, a greve teria a duração de dois dias, em protesto á violência policial e em solidariedade aos estudantes presos em Ceará, Rio de Janeiro e São Paulo.

Dentro da “Setembrada”, o dia 22 foi escolhido pelos estudantes como o “dia nacional de luta contra a ditadura” em protesto contra as violências sofridas e contra a prisão de estudantes que participavam de um Congresso Clandestino da UEE-SP. O “dia nacional de luta contra a ditadura” foi procedido por uma greve geral das universidades federais, bem como passeatas de protesto contra violências em vários pontos do país (CAVALARI, 1987, p. 75 – 76). No caso de Belo Horizonte, os estudantes estavam planejando uma concentração na Faculdade de Direito, para realizar um júri simulado que condenaria o governo, que deveria ocorrer na noite do mesmo dia, entretanto, as autoridades policiais não permitiram esse acontecimento. No dia seguinte, houve uma intervenção preventiva em frente à Faculdade de Direito, bem como em frente outras, a fim de evitar qualquer tipo de concentração estudantil. O júri simulado foi realizado, porém, não foi permitida nenhuma passeata. Tal júri ocorreu na sede social do DCE com intenso policiamento. A repressão das manifestações contra o regime militar acarretava o desgaste do governo frente a opinião pública. Assim, os manifestantes desejavam que o governo, ao fazer uso da violência, se comprometesse, desgastando sua imagem com o restante da população. De acordo com Sanfelice (1986, p. 113)

Os Órgãos de segurança advertiram para que as manifestações não ocorressem porque haveria repressão. Os estudantes retrucaram que qualquer reprimenda acabaria gerando um campo de combate entre brasileiros. O presidente Castelo Branco determinou às autoridades encarregadas da manutenção da ordem pública que procurassem evitar que os agitadores atingissem o seu objetivo: estudantes espancados por protestarem contra o governo.

Novas manifestações estudantis também ocorreram no mês de outubro, quando estudantes protestavam a eleição do Marechal Costa e Silva, que governaria de 1967 a 1969, institucionalizando, de fato, a ditadura. Pequenos grupos gritavam “Abaixo a ditadura” na região da Praça Sete, enquanto, estudantes se locomoveram para a Igreja São José, onde incitava o povo à manifestação com a frase “O povo organizado derruba a ditadura”. Os estudantes em pequenos grupos saíram da Igreja e foram para diferentes locais do centro da cidade, deixando surpreso o esquema de repressão policial. Nesse momento, os manifestantes utilizam de uma nova tática que consiste na mobilização de

pequenos e variados grupos que surgem de diferentes regiões para evitar prisões e dificultar a ação repressora. Essa tática passa a ser recorrente, tendo em vista que os estudantes se agrupavam em diferentes locais e reapareciam causando surpresa ao policiamento, que passa a ter maiores dificuldades para dispersar esses múltiplos grupos. Apesar do uso dessa tática, houve o conflito entre policiais e manifestantes. Nessa manifestação foram distribuídos boletins que incitavam o povo a se revoltar contra a eleição indireta de Costa e Silva.

A tática do silêncio novamente foi utilizada pelos estudantes em decorrência de um protesto dos estudantes do Colégio Estadual que se dirigiram até o prédio do DVS para realizar um apelo para que os estudantes do colégio detidos na última manifestação fossem libertados. Porém, os agentes do DVS investiram contra os estudantes com golpes de cassetete e os manifestantes se dispersaram em correria. Diante da repressão do DVS, os colegiais declaram greve de 2 dias, em sinal de protesto com o acontecido. No dia 6 de outubro, estudantes organizaram postos de coleta de assinatura pedindo apoio do povo em favor dos presos enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Em sinal de solidariedade a esses presos, foi realizada uma “vigília cívica” em frente o Palácio da Liberdade, a então sede do poder estadual e local próximo ao DCE da UCMG. Nesse protesto os estudantes, em demonstração de solidariedade aos colegas detidos, permaneceram sentados com velas e em total silêncio. Mesmo assim, os manifestantes incomodaram as forças repressoras que mobilizaram violenta ação repressora.

O governo militar estabelece o bipartidarismo, através do AI-2, com o nítido interesse em desmobilizar a oposição e estabelecer uma fachada democrática, assim, ocorre uma polarização dos políticos: de um lado temos o partido governamental, representado pela ARENA (Aliança Renovadora Nacional), e de outro, o partido da oposição, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro). Nas eleições diretas de outubro de 1965, apesar do veto a determinados candidatos, a oposição triunfou em importantes estados: Negrão de Lima vence na Guanabara e Israel Pinheiro em Minas Gerais. O resultado das urnas alarmou os militares e, portanto, instauração do bipartidarismo teve como estopim a forte oposição nesses dois importantes estados. Sendo assim, a maior parte dos filiados da ARENA havia pertencido aos quadros da UDN (União Democrática Nacional), enquanto, os adeptos do MDB pertenciam ao antigo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e ao o PSD (Partido Social Democrático).

As eleições para deputados estaduais e senadores estavam marcadas para 15 de novembro, o que ocasionou a existência do Movimento Contra a Ditadura (MCD). O Movimento Contra a Ditadura ocorre como uma alternativa às eleições bipartidárias instituídas pelo governo militar: panfletos eram distribuídos divulgando a ideia de que a farsa das eleições não poderia ser levada adiante, por isso, o voto nulo deveria ser uma alternativa contra o regime<sup>31</sup>. O MCD se baseava na ideia que votar na ARENA – bloco de apoio ao regime, tido como o “Partido do sim, senhor” - ou MDB - oposição consentida conhecida como o “Partido do sim” -, era aceitar a legitimidade do sistema manipulado pelo governo, assim, valendo-se das eleições bipartidárias, estudantes, intelectuais, líderes sindicais e outros que mais diretamente sentiram os efeitos da repressão aproveitaram esse momento como oportunidade para registrar seu protesto contra o regime.. Em virtude do bipartidarismo, a oposição apresentava problemas, pois, não conseguia representar os grupos opositores ao regime. Segundo Alves (2005, p. 127), o partido da oposição consentida, o MDB, possui o grave problema de falta de credibilidade entre os vários grupos de oposição da sociedade civil.

As limitações à organização partidária e a própria legislatura alimentaram um debate – especialmente no movimento estudantil – sobre a conveniência de apoiar o partido ‘oficial’ de oposição. Muitos grupos não consideravam os membros remanescentes do MDB como representativos da oposição, instalando os eleitores a anularem seus votos ou a votarem em branco, como sinal de protesto. A campanha do voto nulo, lançada por estudantes ligados à Ação Popular e comprometidos com a luta armada, começou nas eleições de 1966 e adquiriu crescente importância nas de 1968 e 1970 (ALVES, 2005, p. 127).

Em virtude da campanha pelo voto nulo, liderada pelo MCD, no dia 12 de novembro de 1966, universitários e colegiais organizaram uma passeata-relâmpago saindo da Igreja São José, em direção à Rua da Bahia e Espírito Santo, em dois grupos a fim de conscientizar a população a votar nulo no dia 15. Os estudantes pediam que os votos fossem anulados com a frase “Abaixo a ditadura MCD”. Alguns boletins foram distribuídos para que a campanha do voto nulo fosse difundida. Tais boletins forneciam orientações aos leitores para que os mesmos fossem repassados e que se difundisse a ideia oralmente ou em pichações.

---

<sup>31</sup> Arquivo Público Mineiro / Departamento de Ordem Política e Social. Pasta 0319 (Comunismo – Estudantes e trabalhadores), Rolo 208. Imagem 23. Jan. 1953 - 1968.

Durante a década de 1960, a necessidade de uma reforma universitária era nítida, porém, havia profundas divergências do que deveria ser reformulado. Sendo assim, o governo lança o acordo entre o MEC (Ministério da Educação e Cultura) e USAID (Agência Internacional do Desenvolvimento dos Estados Unidos), sendo que essa intervenção serviu de estímulo à luta contra a ditadura por meio dos estudantes. Os acordos MEC/USAID constituíam-se de 16 medidas, que atingiria todos os níveis de ensino, consideradas inconvenientes pelos estudantes, uma vez que a proposta de ensino desses acordos tinha o claro interesse de aumentar a dependência cultural brasileira aos Estados Unidos (SILVA, 2001, p. 74).

Segundo Skidmore (2004, p. 154), o acordo MEC/USAID, proposto desde o governo Castelo Branco, foi atacado pelos nacionalistas, especialmente pelos estudantes, como “uma infiltração imperialista na educação brasileira”. Nesse momento, os estudantes também se revoltam com a proposição do governo de que as Universidades Públicas fossem pagas, pois, os mesmos entendiam que essa atitude visava privatizar a universidade pública para direcioná-la cada vez às classes privilegiadas. Embora os termos do acordo MEC/USAID datem de junho de 1964, a sua existência somente foi divulgada ao público no final de 1966. Segundo Cavalari (1987, p. 56), apesar da divulgação da existência desse acordo desconhecia-se o teor do mesmo, já que somente seriam publicados em maio de 1967, assim, “a sua denúncia passou a ser uma constante nas manifestações estudantis”.

O sigilo da assinatura do acordo entre MEC/USAID ocasiona um sentimento de que a população fora ludibriada: estudantes, professores, a Imprensa e o Congresso Nacional se sentiam como meras marionetes do governo. Portanto, o acordo age como mais um fator aglutinador para a impopularidade do regime implantado em 1964. Em virtude disso, ocorreram no Brasil passeatas estudantis que buscavam destacar o repúdio por esse acordo. No dia 28 de abril de 1967, uma passeata ocorreu em frente à Faculdade de Direito para protestar contra o acordo MEC/USAID e contra a Invasão da Universidade de Brasília, sendo logo dispersada pela polícia, através do uso de jatos de água fria e bombas de gás lacrimogêneo.

Segundo a reportagem do jornal *Estado de Minas*, os estudantes programavam uma passeata contra o acordo MEC/USAID para o dia 31 de março de 1966, com o trajeto que abarcaria a Praça Afonso Arinos, a Rua da Bahia e Avenida Afonso Pena, terminando nas escadarias da Igreja São José. Contudo, essa manifestação não ocorre, pois, graças a um pedido da UNE, a mesma foi adiada para o dia 2 de junho, data

escolhida para ser “O dia nacional do repúdio ao Acordo MEC/USAID”. Diante da impossibilidade de recebimento de autorização da Secretaria de Segurança Pública para a realização da manifestação, os organizadores do movimento declaram sobre a possibilidade de mudar o percurso da passeata devido a repressão policial, já conhecida pelos mesmos. No dia de repúdio ao acordo MEC/USAID, a manifestação ocorre sem pedido de autorização do DVS, já que, segundo os estudantes nenhum pedido deveria ser feito, pois, é universal o direito de liberdade e manifestação de pensamento.

No dia 3 de junho, em diferentes pontos do centro da cidade havia um considerável contingente policial (cerca de mais de dois mil e quinhentos membros da Polícia Militar e Civil, além dos agentes do DVS) que estava esperando os primeiros movimentos de protesto, demonstrando uma prévia mobilização repressora. Estudantes, novamente utilizando a tática de mobilização de diversos grupos, apareciam de pontos diferentes do centro (ruas Carijós, Curitiba, Tamoios, Avenida Afonso Pena, Amazonas e Paraná) iniciaram o protesto portando faixas e cartazes. As forças policiais tentavam conter a manifestação e, durante a parte da tarde, populares na Praça Sete viaavam o esquema policial e novos confrontos eram iniciados.

A partir de 1967, a estratégia do comício-relâmpago torna-se amplamente utilizada, tendo em vista a rápida mobilização e dispersão, evitando, assim, confrontos policiais. Contudo, no dia 27 de julho foram presos três estudantes que estavam na Rua Caetés, entre Espírito Santo e Amazonas, realizando um comício-relâmpago em apoio ao Congresso Nacional dos Estudantes. Apesar da intenção de evitar confrontos com a polícia, houve prisões de envolvidos em comícios-relâmpagos, o que revela a intensa vigilância policial. A estratégia de realização de múltiplos protestos ocorreu no mesmo ano, quando mobilizações ocorreram nas mediações da Praça Sete, Praça da Liberdade e Praça Rui Barbosa – também conhecida por Praça da Estação, em protesto contra a presença de Costa e Silva na cidade. A existência de vários protestos tinha o nítido objetivo de não concentrar os manifestantes em um mesmo lugar, já que isso facilitaria o trabalho da polícia e apenas atingiria os transeuntes e moradores de um mesmo local.

No dia 1 de novembro, dois estudantes de medicina veterinária foram presos pelo DVS quando cobravam “pedágio” para obter recursos, próximo à Faculdade de Veterinária. Os estudantes portavam cartazes condenando a quantidade de verbas que eram empregadas na segurança, em detrimento das ínfimas verbas para a educação. No dia seguinte, os estudantes de medicina das Universidades Federal e Católica realizaram um protesto diferente, nas escadarias da Igreja São José. Os universitários portavam

cartazes sobre a deficiência das verbas e suas consequências. No local, os estudantes estavam angariando assinaturas, que seriam levadas ao Ministério de Educação, de populares que apoiavam o movimento para aumento das verbas. Novamente, torna-se perceptível o desejo de interação dos estudantes com a população em geral para a luta contra a ditadura.

O ano de 1968 é, em muitos casos, referido como momento de “globalização da revolta estudantil e da juventude, tendo como pano de fundo os protestos contra a guerra norte-americana no Vietnã” (ROLLAND, 2009, p. 419). 1968 assiste movimentações de protestos, encabeçadas basicamente por estudantes, no México, Alemanha, Tchecoslováquia, França e outras regiões do mundo. Essas movimentações são rapidamente difundidas graças aos meios de comunicação: imprensa escrita, sobretudo, rádio e televisão, que transmitiam os reflexos dessas contestações. No Brasil, isso não foi tão diferente. Em 1968, o ponto máximo de ebulição dos movimentos sociais é atingido, sobretudo, devido à morte do estudante Edson Luís Lima Souto, fato que, para muitos autores, marca a inserção do Brasil nas mobilizações estudantis de 1968. Naquele ano, observa-se um *ciclo de protesto*<sup>32</sup> que desencadeou uma intensificação do repertório de ação coletiva estudantil em vários países, inclusive no Brasil. Tratam-se das mobilizações do dia 29 de março de 1968, um dia após as forças policiais assassinares com um tiro o estudante secundarista Edson Luís em manifestação, para o término da obra do restaurante Calabouço e contra o aumento da refeição, na Universidade do Rio. Tal assassinato propiciou um ciclo de manifestações em todo país, em solidariedade à morte de Edson Luís e contra a repressão policial.

No ano 1968, com Costa e Silva no poder, os problemas estudantis passam a ser tratados como “questão militar”. O Ministério da Educação passa a estar subordinado a Secretaria Geral do Conselho de Segurança, chefiada pelo coronel Meira Matos, através de um decreto baixado em 2 de janeiro de 1968 por Costa e Silva para se formular uma nova política governamental para os estudantes. É a investida governamental explícita para a “militarização do problema estudantil” (VALLE, 1999, p.40).

Quando assumiu o governo, em março de 1967, Costa e Silva mantinha um discurso de “redemocratização” que ia desde a liberalização do sistema político-partidário até há um diálogo com trabalhadores e estudantes. Mas com as manifestações estudantis contrárias às políticas autoritárias do governo para com as universidades,

---

<sup>32</sup>Fenômeno que tem por característica a rápida transmissão de uma ordem modular apreendida, adaptada e rotinizada (ALMEIDA, 2010).

passa a se discutir a necessidade do endurecimento do regime e a decretação de um novo Ato Institucional seria a solução para conter as manifestações estudantis que “desafiam a ordem”.

No enterro de Edson Luís ocorreu a maior mobilização popular, após o golpe de 1964, concentrando mais de 50 mil pessoas nas ruas do Rio de Janeiro (VALLE, 1999: 57), foi o primeiro incidente a sensibilizar a opinião pública para a luta estudantil. Manifestações de solidariedade e repúdio à violência policial ocorrem em várias cidades do país, gerando um *ciclo nacional de protestos* que, em uma semana, alcançou 15 capitais, gerando 26 grandes passeatas (MARTINS FILHO, 1998). Segundo *O Metropolitano*<sup>33</sup>, órgão oficial da União Metropolitana dos Estudantes, UME, citado por Valle (1999, p. 49),

Aquele povo todo, operários, artistas, estudantes, funcionários públicos, mães e representantes de diversas classes, estava ali motivado pelo crime da ditadura. Isso foi, possivelmente, a causa condicionante. Mas não se pode negar que todos estavam ali trazendo a sua revolta contida durante todos aqueles anos, trazendo para fora de si as contradições que apresentam com o sistema vigente, injusto.

Sendo assim, a partir do final do mês de março de 1968, o Movimento Estudantil atinge um grau de agitação, até então desconhecido, devido à morte desse estudante: em sinal de insatisfação com o regime e luto pela morte do estudante, intensificam-se as manifestações populares pelo país e, posteriormente, o governo toma medidas em represália. As ações coletivas que eclodem após a morte de Edson Luís inauguram um novo tempo para o movimento estudantil. Se antes os estudantes se valiam, principalmente, do protesto verbal e simbólico, despido de violência, apesar da repressão policial, a partir desse assassinato, a violência ditatorial passa a ser respondida com violência. Nesse sentido, os estudantes passam a utilizar o lema de que "nesse luto começa a luta".

Poener (1979, p. 298 – 299), ressalta que o estudante Edson Luís obviamente não foi a primeira vítima daquele regime de exceção, entretanto, “coube ao seu cadáver desencadear no Brasil o processo de liberalização que em 1968 sacudiu tantos outros países.” Essa relativa liberalização forneceu uma sensação de iminente democratização, fez com que as pessoas perdessem o medo e as mobilizou para lutar por um país mais

---

<sup>33</sup> "Enterro". *O Metropolitano*, n. 7, 1968, p. 6.



justo e livre. Assim, jornalistas escreveram mais artigos de denúncia, editores lançaram mais livros, padres promoveram mais debates entre outras ações. Essa liberalização ocorreria até dezembro do mesmo ano, quando foi promulgado o Ato Institucional nº 5 que limitou ainda mais a participação popular nos assuntos sócio-políticos. O estudante Edson Luís, recém-chegado ao Rio de Janeiro e que auxiliava na limpeza do Restaurante Calabouço para poder prosseguir com seus estudos, foi morto pela polícia, sendo o primeiro assassinato explícito da ditadura. Esse estudante não trazia os adjetivos de "líder comunista", "subversivo" ou "agitador" e sua morte leva à população a solidarizar-se com os protestos estudantis.

Em sinal de luto por Edson Luís, estudantes belo-horizontinos organizaram uma passeata de protesto iniciada na Faculdade de Direito e finalizada nas escadarias da Igreja São José. Os estudantes portavam cartazes que criticavam a violência policial e defendiam a liberdade de expressão, além da bandeira brasileira tarjada de luto. Segundo o *Estado de Minas*<sup>34</sup>, para surpresa geral – até mesmo dos estudantes que já tinham outra estratégia de protesto, caso fossem impedidos pela polícia – as autoridades não intervieram no movimento. Além dessa passeata de protesto, Marco Antônio Meyer, que em 1968 era estudante do Colégio Estadual Central de Belo Horizonte, em entrevista a um periódico da capital mineira, narra uma manifestação realizada no Colégio Estadual Central, também em ocasião da morte de Edson Luís (manifestação ligada a um *ciclo nacional de protestos* em solidariedade a morte do estudante e contra o regime militar). Percebe-se, no trecho abaixo, algumas performances utilizados pelos estudantes para suas ações coletivas.

Numa manifestação por ocasião do assassinato de Edson Luís, um estudante, no Calabouço, no Aterro, no Rio de Janeiro, nós ocupamos o colégio (*Colégio Estadual Central de Belo Horizonte – autor*). Fizemos pedágio, arrecadamos muito dinheiro, o povo era muito generoso com os estudantes. E a polícia cercou o colégio todinho e nós jogamos pedras na polícia e depois fizemos uma manifestação levando grande parte dos alunos, todos com o uniforme do Colégio Estadual.<sup>35</sup>

Em 1º de abril de 1968 - aniversário do golpe militar - o governo federal proíbe manifestações estudantis em todo território nacional. Apesar da proibição, os estudantes belo-horizontinos realizam protesto com trajeto de saída da Faculdade de Direito com

<sup>34</sup> "Foi tranquila a passeata de protesto dos universitários. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 30 mar. 1968. p. 5.

<sup>35</sup> "Um Guerrilheiro na Savassi". **Beagá Savassi**. Belo Horizonte, 8 maio, 2008 p. 8 - 10.

direção a Igreja São José, sendo interceptados pelos militares. Na segunda passeata de protesto contra a morte do estudante Edson Luís, em Belo Horizonte, a polícia utilizou de força para conter cerca de 10 mil estudantes. Mesmo com a tentativa de dispersão da polícia, pequenos grupos voltavam a se reunir, gritavam suas falas de protestos, eram espantados pelas autoridades policiais e voltavam a se agrupar, vindos ora da Rua Tamboios, ora da Amazonas, ora da Afonso Pena, em direção à Praça Sete. Além dessa estratégia de protesto, líderes estudantis organizavam comícios-relâmpagos em ruas mais afastadas do centro da cidade. Cabe ressaltar que mesmo quando as táticas de manifestação variavam, os panfletos atacando o governo e incitando a participação popular não deixavam de ser distribuídos.

No sétimo dia da morte do secundarista Edson Luis, uma missa foi rezada por sete padres na Igreja São José, que contou com a presença de mais de mil pessoas, segundo o *Estado de Minas*<sup>36</sup>. Ao final da cerimônia, houve outro confronto entre estudantes e policiais.

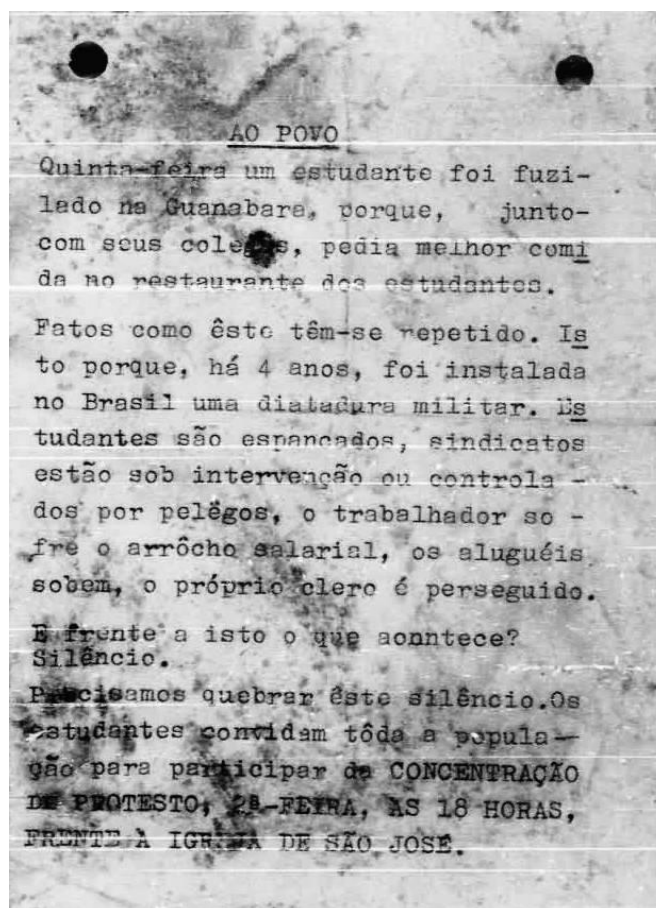


Figura 7: Boletim apreendido pelo DOPS convocando para uma concentração de Protesto em frente à Igreja São José. Fonte: DOPS Pasta 0249. Imagem 56

<sup>36</sup> “Milhares rezam por Edson”. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 05 abril 1968. p. 8.

Ainda no mês de abril, houve uma manifestação na porta da Faculdade Federal de Medicina, no qual os estudantes distribuíram panfletos de cunho antigovernamental, picharam carros e organizaram barricadas, anunciando que estavam dispostos a responder com violência qualquer ação policial. A pedido do Reitor, o policiamento foi retirado do local. No mesmo dia, incidentes de menor porte entre estudantes e polícia ocorreram na Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Católica e Escola de Engenharia da Universidade Federal, ocasionando a prisão de 62 pessoas. Já no dia 4 de abril, estudantes voltaram às ruas, pois, a polícia ocupou Faculdades de Belo Horizonte, em virtude dos acontecimentos anteriores. Banidos de suas escolas, os estudantes se concentraram na Avenida Amazonas com a Rua Tamoios, no qual houve ação policial para desmobilizar os mesmos, ocasionando congestionamento do trânsito e fechamento do comércio. No mesmo dia, realizou-se uma missa na Igreja São José, em homenagem a Edson Luís.

Novamente a tática das pichações foi utilizada pelos estudantes da Faculdade de Medicina, que pichavam ônibus com frases que contestavam o governo. Além disso, os estudantes promoviam a arrecadação de fundos de *habeas corpus* para estudantes detidos. Diante da ofensiva dos soldados, os estudantes foram obrigados a procurar abrigo na Faculdade de Medicina. Já no mês de junho, foi dissolvida uma nova manifestação estudantil. Os estudantes iniciaram sua concentração na Praça Rio Branco e percorreram várias ruas do centro da cidade gritando e exibindo cartazes anti-governo. Os manifestantes desenvolveram nova tática que consiste em soltar foguetes nos policiais e provocar tumulto no trânsito com a construção de barricadas de caixotes e lixo. O choque entre manifestantes e polícia ocorreu na Avenida Afonso Pena e Rua Goiás. Os estudantes que foram dispersos, reuniram-se na Faculdade de Direito e prometeram organizar novo protesto ao fim do dia. Em 27 de junho foram noticiadas novos confrontos entre estudantes e forças policiais. Um grupo pequeno de estudantes se reunia na Rua São Paulo, próximo a Galeria Ouvidor, quando foram reprimidos pela polícia. Porém, cerca de duzentos manifestantes tentaram ocupar a Avenida Afonso Pena, e também foram impedidos por bombas e disparos de festim. Um novo grupo partiu da Avenida Paraná em direção a Ruas Tupinambás, onde ocorreu o primeiro comício-relâmpago. Quando esse grupo atingiu a Avenida Afonso Pena, novos conflitos com a polícia ocorreram.

Diante a intensificação das manifestações, em julho o governo federal proíbe as mesmas em todo o país, a fim conter a agitação social. Contudo, no dia 16 de julho, estudantes, com o objetivo de analisar a situação de miséria do povo brasileiro, realizam um protesto na Avenida Paraná, entre as ruas Carijós e Tupinambás. Nesse movimento, os estudantes aproveitaram para defender a realização do XXX Congresso da UNE, que ocorreria em Ibiúna, e frisar que o povo e os estudantes estão lutando lado a lado contra o governo militar<sup>37</sup>. Os comícios em favor do Congresso da UNE continuaram ocorrendo e, em virtude disso, estudantes foram presos no centro quando distribuía manifestos em prol do encontro estudantil.

Em agosto, mais especificamente no dia 13, houve um fato curioso: um grupo de estudantes invadiu a Prefeitura e realizaram comícios- relâmpago no local, além de pichações de caráter anti-governamental. Nesse dia o prefeito suspendeu o expediente. Os estudantes marcaram uma passeata para o dia 20 desse mês, nas imediações da Igreja São José. Entretanto, devido a um forte esquema policial, a mesma foi dissolvida logo no começo, havendo várias prisões.

Em 25 de outubro de 1968, dia estadual do protesto, estudantes ameaçavam sair da Faculdade de Direito em direção ao centro da cidade. Entretanto, posteriormente, não foi noticiado se essa manifestação se realizou. Até o fim de 1968, nenhuma outra manifestação foi noticiada. No que tange à divulgação das manifestações, alguns jornais, sob a forma de noticiário, acabavam por publicar antecipadamente o local e o horário das manifestações. Entretanto, essa prévia divulgação acarretava uma grave consequência: uma grande, ágil e preliminar mobilização das forças repressoras. Assim, com o acirramento da repressão, várias informações falsas eram divulgadas informalmente para dificultar o trabalho policial. Somente em minutos antes da manifestação a palavra de ordem era divulgada.

Pelo que foi descrito anteriormente, percebe-se que os estudantes foram os grandes articuladores das manifestações coletivas ocorridas no centro da capital mineira. O movimento estudantil pode ser considerado como o mais significativo movimento social do período. Pela sua mobilização e organização, cumpria também o papel de porta-voz da ala progressista da Igreja católica, dos partidos e sindicatos clandestinos e de uma parcela das famílias de classe média. Esse movimento manteve

---

<sup>37</sup> Recorte do Jornal *Correio da Manhã* de 17 jul. 1968. Arquivo Público Mineiro / Departamento de Ordem Política e Social. Pasta 5315 (Congressos de Estudantes), Rolo 086. Imagem 111. Jul. 1968 – Jul. 1970.

uma “forte ideologia pautada na resistência que se articulava basicamente em um discurso de combate ao domínio imperialista e se impunham na defesa da liberdade e luta contra a ditadura” (SILVA, 2001, p. 60 – 61). Dessa maneira, as manifestações coletivas contaram com outros setores da sociedade civil, como padres, trabalhadores, bancários, professores e etc. Todavia, a maioria dos manifestantes fazia parte do setor estudantil da sociedade, principalmente dos estudantes universitários, conforme fora salientado. Dessa forma,

O ano de 1968 foi o ponto máximo de ebulição dos movimentos sociais. A insatisfação popular era imensa e a resposta estava nas ruas. A passeata dos cem mil, que aconteceu no Rio de Janeiro, demonstrou como estudantes, bancários, artistas, comerciários, enfim, diversas camadas sociais se mobilizaram pedindo o fim do regime militar (FREITAS, 1993, p. 25).

O envolvimento entre estudantes e trabalhadores ficou bem mais delimitado em 1968, quando os primeiros participam da Primeira Concentração Trabalhista em Minas<sup>38</sup>, bem como funcionários públicos. As comemorações do 1º de maio, também contaram com a presença de padres e estudantes, conforme noticia o jornal *Última Hora*<sup>39</sup>. Sobre essa relação entre o setor estudantil e trabalhista, Silva (200, p. 82 - 83) afirma que não há uma aparente articulação entre os mesmos em virtude da geografia de Belo Horizonte, que mantém o setor industrial fora do centro da cidade<sup>40</sup>. Entretanto, os acontecimentos acima citados mostram uma mínima interação - ou pelo menos, a busca de interação – desses setores. Esse apoio de outros setores da sociedade aos estudantes ocorre, à medida do maior recrudescimento do regime, pois, passa haver uma simpatia pela luta encabeçada pelos estudantes.

---

<sup>38</sup> Conforme o relatório sobre a primeira concentração trabalhista em Minas Gerais. In: Arquivo Público Mineiro / Departamento de Ordem Política e Social. Pasta 0793 (Domingos Ribeiro Viotti), Rolo 024. Imagem 6. Jul 1961 - 6 Jul. 1970.

<sup>39</sup> Arquivo Público Mineiro / Departamento de Ordem Política e Social. Pasta 0250 (Manifestações e protestos no dia do trabalhador), Rolo 017. Imagem 156. Dez. 1967 – Maio 1968.

<sup>40</sup> O setor industrial está inserido na região metropolitana de Belo Horizonte, tendo como destaque a cidade de Contagem, que foi palco de uma importante greve operária, em 1968.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

*"Nem tudo o que escrevo resulta numa realização,  
resulta mais numa tentativa.  
O que também é um prazer.  
Pois nem tudo eu quero pegar.  
Às vezes quero apenas tocar.  
Depois o que toco às vezes floresce e os outros  
podem pegar com as duas mãos." (Clarice Lispector)<sup>41</sup>*

O historiador possui, como uma das funções de seu ofício, a tarefa de manter viva a consciência da sociedade humana sobre si mesma. Dessa forma, esse trabalho objetivou manter viva a consciência, ou a memória, das ações coletivas lideradas pelos estudantes, que visavam criticar o governo instituído pelo golpe militar, na cidade de Belo Horizonte.

Ao trabalhar com um período bastante delicado e recente da História, tendo em vista que vários participantes desse momento encontram-se vivos, inúmeras dificuldades são encontradas e, uma delas, diz respeito às fontes utilizadas. Os materiais para a construção da História também são produzidos por homens, portanto, são fontes repletas de subjetividade.

Esse trabalho nos revela a intensa mobilização dos estudantes na luta contra a ditadura militar (1964-1968), em Belo Horizonte. Os estudantes assumiram e tiveram destaque nessa luta, já que o movimento estudantil conseguiu melhor se manter nas ações contra a ditadura quando comparado com outros movimentos, como o caso do operário, que foi mais severamente reprimido, por exemplo. Esse estudo buscou estabelecer o variado repertório de ação coletiva estudantil utilizado para demonstrar insatisfação frente ao regime militar e, assim, mapeou diferentes táticas de ação: passeatas, vigílias cívicas, comícios-relâmpago, emprego de elementos simbólicos que remetiam à ausência de liberdades políticas e morte da democracia, como silêncio, tarjas pretas, dentre outros.

Nesse sentido, é interessante perceber de que maneira os estudantes se apropriavam de espaços situados na região central da cidade. Devido ao papel de ponto de convergência da população e local de intercâmbio de atividades econômicas, o centro

---

<sup>41</sup> LISPECTOR, Clarice. **A descoberta do mundo**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1994. p. 145.

da cidade afirma-se como lugar síntese de manifestações e palco para lutas sociais utilizadas tanto por estudantes quanto outros grupos. Ao englobar instituições financeiras, educacionais - como as Escolas, Faculdades e Diretórios Acadêmicos - e moradias de classe média, a região central mostra-se como pólo centralizador de pessoas e atividades, no qual a publicização de ações coletivas é facilitada. Assim, os manifestantes procuram apropriar-se do espaço público/urbano, pois assim, torna-se possível, no plano simbólico de representações, dar visibilidade a causa defendida. Soma-se a isso a necessidade de falar/convencer a população sobre as demandas reivindicadas.

A morte do estudante Edson Luís, no Rio de Janeiro, é o primeiro assassinato explícito do regime militar, no qual a violência policial explodiu contra um secundarista "inocente", levando setores da população de diferentes estados à indignação. Esse incidente gera maior visibilidade às ações estudantis: parte da população civil e clerical passa a apoiar a luta estudantil ao perceber a brutalidade do regime dos militares. Assim, a morte de Edson Luís repercute em vários estados com passeatas e comícios em repúdio à violência policial, ocasionando um *ciclo de protestos*. São questionamentos para futuras pesquisas: Como foram esses protestos? De que maneira os estudantes se articulavam no cenário nacional? Quais eram as estratégias de protestos em, São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e outras cidades? Dentre outras problematizações.

Retomando a dialética entre Estado e Oposição, no ano de 1968, em virtude do avanço dos protestos e lutas sociais, o governo militar lança, em 13 de dezembro, o AI-5, que revogou os direitos constitucionais de 1967, concedeu ao Exército o direito de estabelecer medidas repressivas específicas, suspendeu direitos políticos e cerceou direitos individuais: tudo isso dificultou a ação da oposição. Assim, essa oposição se enveredou em outra forma de luta: a luta armada. A partir de então, o regime não possibilitou a continuidade das performances públicas (simbólicas) que marcaram o repertório de ação coletiva estudantil entre 1964-1968.

## LISTA DE FONTES

### Fontes documentais - Arquivos do DOPS

Arquivo Público Mineiro / Departamento de Ordem Política e Social. Pasta 0319 (Comunismo), Rolo 208. Jan. 1953 – 1968.

Arquivo Público Mineiro / Departamento de Ordem Política e Social. Pasta 0249 (Movimento estudantil: manifestações de oposição à Ditadura), Rolo 017. Mar. 1968 – Nov. 1975.

Arquivo Público Mineiro / Departamento de Ordem Política e Social. Pasta 0250 (Manifestações e protestos no dia do trabalhador), Rolo 017. Imagem 156. Dez. 1967 – Maio 1968.

Arquivo Público Mineiro / Departamento de Ordem Política e Social. Pasta 0251 (Conflitos Estudantis), Rolo 017. Abril. 1968 – Out. 1974.

Arquivo Público Mineiro / Departamento de Ordem Política e Social. Pasta 0253 (Manifestações Estudantis e Investigações), Rolo 017. Abril. 1968 - Maio. 1970.

Arquivo Público Mineiro / Departamento de Ordem Política e Social. Pasta 0254 (Estudantes e trabalhadores - requisições), Rolo 017. Maio. 1968 – Ago. 1968.

Arquivo Público Mineiro / Departamento de Ordem Política e Social. Pasta 0319 (Comunismo – Estudantes e trabalhadores), Rolo 208. Imagem 23. Jan. 1953 - 1968.

Arquivo Público Mineiro / Departamento de Ordem Política e Social. Pasta 0328 (Estudantes), Rolo 20B. Abril. 1966 – Março 1967.

Arquivo Público Mineiro / Departamento de Ordem Política e Social. Pasta 0329 (Investigação a Estudantes), Rolo 20B. Jul. 1966 – Março 1975

Arquivo Público Mineiro / Departamento de Ordem Política e Social. Pasta 0334 (Manifestações Públicas), Rolo 20B. Jul. 1966 – Março 1975.

Arquivo Público Mineiro / Departamento de Ordem Política e Social. Pasta 0065 (Organizações e presos políticos), Rolo 006. Jul. 1964 – Nov. 1968.

Arquivo Público Mineiro / Departamento de Ordem Política e Social. Pasta 0685 (Fernando Luiz Parreira Tavares), Rolo 023. Out. 1966 – Out. 1967.

Arquivo Público Mineiro / Departamento de Ordem Política e Social. Pasta 0702 (Marilda Rezende Duarte), Rolo 024. Ago. 1968 – Maio. 1970.

Arquivo Público Mineiro / Departamento de Ordem Política e Social. Pasta 0793 (Domingos Ribeiro Viotti), Rolo 024. Imagens 06 - 07. Jul. 1961 - Jul. 1970.



Arquivo Público Mineiro / Departamento de Ordem Política e Social. Pasta 1183 (Extração ilegal de minerais e manifestações estudantis), Rolo 027. Março 1968 – Out. 1971.

Arquivo Público Mineiro / Departamento de Ordem Política e Social. Pasta 1230 (Dom Serafim Fernandes de Araújo), Rolo 027. Março 1968 – Dez. 1968.

Arquivo Público Mineiro / Departamento de Ordem Política e Social. Pasta 1252 (União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais – UEE-MG), Rolo 028. Maio 1964 – Jun. 1968.

Arquivo Público Mineiro / Departamento de Ordem Política e Social. Pasta 1254 (XXVIII e XXIX Congresso da União Nacional dos Estudantes), Rolo 028. Jul 1966 – Set. 1968.

Arquivo Público Mineiro / Departamento de Ordem Política e Social. Pasta 3852 (Movimento Estudantil), Rolo 049. Imagem 6 - 12. Jun. 1964.

Arquivo Público Mineiro / Departamento de Ordem Política e Social. Pasta 4021 (Investigações Diversas), Rolo 050. Jan. 1962 – Nov. 1971.

Arquivo Público Mineiro / Departamento de Ordem Política e Social. Pasta 5331 (Boletins subversivos), Rolo 087. Imagem 120. Nov. 1960 – Maio 1971.

Arquivo Público Mineiro / Departamento de Ordem Política e Social. Pasta 5315 (Congressos de Estudantes), Rolo 087. Imagem 120. Nov. 1960 – Maio 1971.

Arquivo Público Mineiro / Departamento de Ordem Política e Social. Pasta 5331 (Boletins subversivos), Rolo 086. Imagem 111. Jul. 1968 – Jul. 1970.

Arquivo Público Mineiro / Departamento de Ordem Política e Social. Pasta 5331 (Boletins Subversivos), Rolo 087. Imagem 145, 158 – 160. 12. Nov. 1960 – Maio 1971

Arquivo Público Mineiro / Departamento de Ordem Política e Social. Pasta 5331 (Boletins Subversivos), Rolo 087. Imagem 132. 12. Nov. 1960 – Maio 1971.

### **Fontes Jornalísticas - Jornal Estado de Minas**

ADIADA passeata dos estudantes. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 14 mai.1968.p. 5.

ALUNOS do Imaco iludem polícia e fazem passeata de protesto. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 23 jan.1968.p. 5.

A PAZ nos meios estudantis é como calmaria no oceano. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 29 jan.1966. Segunda Seção. p. 16.

AUTORIDADES não vão permitir concentração anunciada pelos estudantes. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 22 set.1966. Primeira Seção. p. 16.

BOLETIM subversivo movimentou as autoridades: teria sido atirado do alto de um edifício da rua Espírito Santo. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 03 abr.1965. Terceira Seção. p. 8.

BOLETINS subversivos na Cidade Industrial: Polícia em ação procurando descobrir os provocadores.**Estado de Minas**. Belo Horizonte, 7 nov.1965. Oitava Seção. p. 14.

BOMBAS dispersam estudantes com velas acesas diante do Palácio da Liberdade. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 19 out.1966. Primeira Seção. p. 12.

CASTELO suspende as atividades da UEE. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 28 jul. 1966. p. 16.

COLAVA etiquetas subversivas em paredes: Preso por guarda estudante está submetido a inquérito. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 28 jul.1964. Primeira Seção. p. 16.

COMUNISTAS faziam exercícios de guerrilha na Capital: Esperavam deflagrar revolução com apoio de trabalhadores e estudantes. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 14 jul.1964. Segunda Seção. p. 10.

CONTINUA prontidão do DVS. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 28 out.1967.p. 16.

DCE não quer mas UEE faz reunião. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 07 set.1968. p. 8.

DCE recebe ordem da UNE e faz passeata 6ª feira: dia do repúdio ao acordo MEC-USAID. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 30 mai.1967. Primeira Seção. p. 5.

DECRETADA a intervenção na Faculdade de Filosofia: Estudantes voltam a distribuir boletins subversivos na cidade. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 12 jun.1964. Segunda Seção. p. 7.

DELEGADO revela que os comunistas voltaram a agitar o meio estudantil. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 02 abr. 1966. Primeira Seção. p. 16.

DENUNCIADOS vários estudantes de Belo Horizonte: será iniciado amanhã o processo de Armando Ziller e outros comunistas. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 07 out.1964. Primeira Seção. p. 12.

DETIDO um estudante. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 24 dez.1964. Primeira Seção. p. 10.

DIRETÓRIOS decretam luto e greve geral por 3 dias. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 30 mar. 1968.p. 5.

DIRIGENTE da UEE diz que foi atirada uma bomba de efeito moral na sede da entidade. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 21 jul.1966. Primeira Seção. p. 8.

DISPOSITIVO contra UNE será desfeito hoje. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 31 jul. 1966. Sexta Seção. p. 16.

DIVERSOS professores da UMG indiciados em IPM: Processo foi encaminhado ontem à justiça militar. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 18 nov.1965. Segunda Seção. p. 8.

DOCUMENTOS de Minas para o IPM do Partido Comunista: Cartas e atas implicam elementos subversivos. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 14 out.1965. Capa.

DOPS prende 3 estudantes fazendo comícios pró-UNE. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 28 jul.1967. Segunda Seção. p. 8.

DVS prende mais dois estudantes. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 01 nov. 1967.p. 8.

DVS prende três e descobre plano subversivo na cidade. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 31 out. 1968. p. 15.

EM presídios da capital acham-se recolhidos 240 presos políticos. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 6 maio 1964. Segunda Seção. p. 8.

ENTIDADE estudantil condena violência e prega diálogo com as autoridades. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 14 ago. 1968. p. 12.

ESTUDANTE ameaça sair às ruas no dia do protesto. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 25 out. 1968. p.8.

ESTUDANTE fecha Prefeitura com pichação e comício-relâmpago. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 05 jul. 1968. p.8.

ESTUDANTE vai ao povo para libertar colegas. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 28 out. 1967.p. 16.

ESTUDANTES afirmam que certame será realizado. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 27 jul. 1966. Segunda Seção. p. 8.

ESTUDANTES ameaçam violência e exigem liberdade para os detidos. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 30 jul. 1967. Primeira Seção. p. 16.

ESTUDANTES deixaram Faculdade mediante acordo e ficam em greve até terça-feira. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 18 set. 1966. Quarta Seção. p. 16.

ESTUDANTES depredam carros da polícia e ferem cinco soldados. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 16 ago. 1968. p. 14.

ESTUDANTES detidos voltarão aos pontos de origem. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 10 maio 1964. Segunda Seção. p. 10.

ESTUDANTES do Imaco ameaçam ir as ruas contra ato do prefeito. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 07 jan. 1968. Primeiro Caderno. p. 5.

ESTUDANTES e policiais feridos durante a passeata de ontem. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 02 abr. 1968.p. 12.

ESTUDANTES fazem nova manifestação. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 17 ago. 1968. p. 16.

ESTUDANTES fazem novo movimento de protesto. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 02 nov. 1967.p. 15.

ESTUDANTES insistem em realizar comício hoje apesar da proibição das autoridades. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 11 nov. 1966. Primeira Seção. p. 12.

ESTUDANTES insistem em realizar comício hoje apesar da proibição das autoridades. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 02 jun. 1967. Segunda Seção. p. 8.

ESTUDANTES marcam debates e preparam passeata-protesto. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 28 maio 1967. Primeira Seção. p. 13.

ESTUDANTES marcam o dia do protesto. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 09 ago. 1968. p. 16.

ESTUDANTES ocuparam a Faculdade de Direito. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 17 set. 1966. Primeira Seção. p. 12.

ESTUDANTES preparam passeata, mas polícia adverte que não permitirá. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 27 abr. 1967. Segunda Seção. p. 8.

ESTUDANTES pressionam mestres para obter sua solidariedade. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 04 maio 1968.p. 5.

ESTUDANTES programam, mas polícia não permite nova passeata hoje. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 15 mar. 1966. Primeira Seção. p. 16.

ESTUDANTES prometem passeata e polícia fica de prontidão. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 26 jun. 1968. p. 14.

ESTUDANTES realizam novas manifestações nas escolas. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 30 abr. 1968.p. 10.

EXPOSIÇÃO do material subversivo instala-se dia 4: Será no saguão do Conjunto Comercial Santa Maria. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 27 ago. 1964. Segunda Seção. p. 12.

EXTENSA e profunda a infiltração comunista em Minas: documentos revelam que até o clero fora atingido pela praga. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 24 maio 1964. Segunda Seção. p. 14.

FIRME determinação das autoridades: Congresso da UNE será reprimido até pela força, se for necessário. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 13 jul. 1966. Terceira Seção. p. 16.

FOI tranqüila a passeata de protesto dos universitários. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 30 mar.1968.p. 5.

FORTE dispositivo policial impediu que estudantes realizassem passeata. ESTUDANTES insistem em realizar comício hoje apesar da proibição das autoridades. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 03 jun. 1967. Segunda Seção. p. 8.

FORTE esquema policial impediu que os estudantes realizassem passeatas. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 29 abr. 1967. Segunda Seção. p. 8.

FRANCISCANOS: no convento não houve Congresso. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 30 jul. 1966. Segunda Seção. p. 8.

ID-4 pede captura do vice-presidente da UNE: Quatro estudantes são detidos ontem próximo à Praça Sete. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 23 jul. 1966. Primeira Seção. p. 14.

IDENTIFICADO o estudante que distribuiu boletins: É também funcionário do DNERV e acha-se recolhido no DVS. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 14 jun. 1964. Segunda Seção. p. 4.

INAUGURAÇÃO de um posto policial no Edifício Maletta. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 14 jul. 1964. Segunda Seção. p. 10.

INAUGURADA exposição de materiais subversivos: Documentos e gráficos para mostrar a infiltração totalitária em Minas. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 05 set. 1964. Segunda Seção. p. 12.

INCIDENTE entre secundaristas e policiais. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 05 out. 1966. Primeira Seção. p. 12.

INTERDIÇÃO preventiva da Praça Afonso Arinos tornou inviável a concentração. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 23 set. 1966. Primeira Seção. p. 12.

INTERVENTOR extingue a Federação dos Favelados: Era um foco de agitação subversão e exploração. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 27 ago. 1964. Primeira Seção. p. 12.

JUSTIÇA nega Habeas Corpus aos estudantes presos na passeata. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 28 jun. 1968.p. 8.

MESTRES e alunos extremistas serão punidos. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 10 maio 1964. Primeira Seção. p. 10

MINISTÉRIO diz que seria de agitadores o congresso: Estudantes vão impetrar um mandado de segurança. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 14 jul. 1966. Terceira Seção. p. 8.

NÃO se realizou o congresso da UNE. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 29 jul. 1966. Primeira Seção. p. 14.

NENHUM tipo de manifestação subversiva será tolerado. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 07 out. 1964. Primeira Seção. p. 1.

NOVA passeata de protesto contra acordo MEC-USAID, anuncia o DCE. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 26 maio 1967. Primeira Seção. p. 8.

NOVAS manifestações de protesto de estudantes reprimidas pela polícia. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 04 out. 1966. Primeira Seção. p. 8.

NOVOS tumultos no centro da cidade. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 16 mar. 1966. Segunda Seção. p. 8.

PASSEATA de estudantes será reprimida pelas autoridades. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 26 out. 1967. Primeira Seção. p. 14.

PASSEATA dos calouros hoje tem autorização da polícia. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 18 mar. 1967. Primeira Seção. p. 11.

PASSEATA estudantil com cartazes políticos dissolvida. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 13 mar. 1966. Primeira Seção. p. 16.

PASSEATA foi dissolvida logo no começo: tiros e muitas prisões. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 21 ago. 1968. p. 14.

PASSEATA livre esvazia agitação. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 05 jul. 1968. Primeiro Caderno. p. 1.

PASSEATAS proibidas em todo o país. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 06 jul. 1968. Primeiro Caderno. p. 1.

PASSEATAS só com permissão do DOPS. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 05 jul. 1968. Primeiro Caderno. p. 1.

POLÍCIA apreende boletins subversivos: teriam sido lançados do alto do edifício Acaiaca. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 19 maio 1964. Segunda Seção. p. 8.

POLÍCIA dissolve passeata e cerca Faculdade de Direito. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 25 jun. 1968. p. 12.

POLÍCIA fez uso de gás. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 12 out. 1966. Primeira Seção. p. 12.

POLÍCIA impediu passeata de estudantes: gás e prisões. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 17 ago. 1965. Segunda Seção. p. 10.

POLÍCIA interditou as sedes da UEE e do DCE: Enérgicas providências para impedir Congresso estudantil. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 26 jul. 1966. Primeira Seção. p. 14.

POLÍCIA não hesitará em fazer uso da força para impedir o Congresso da UNE. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 15 jul. 1966. Segunda Seção. p. 8.

POLÍCIA não permite o anunciado Congresso da UNE. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 13 jul. 1966. Terceira Seção. p. 16.

POLÍCIA prende sete estudantes e arma esquema contra passeata. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 20 ago. 1968. Pequenos Anúncios. p.6.

POLÍCIA prende três para impedir congresso da UNE. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 24 jul. 1968. p. 12.

POLÍCIA ocupa escola e resgata professores presos como reféns. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 05 maio 1968. Primeiro Caderno. p. 22.

POLÍCIA ocupa todas as faculdades e estudantes voltam às ruas. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 05 abr. 1968.p. 8.

POLÍCIA reprime estudantes com fogos e tiros de festim. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 27 jun. 1968. p. 12.

POLÍCIA reprime estudantes e efetua diversas prisões. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 27 out. 1967. Segunda Seção. p. 8.

POLÍCIA vajerou sede da União Estadual de Estudantes: Contingente federal também deverá ser lançado para impedir Congresso da UNE. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 19 jul. 1966. Primeira Seção. p. 10.

PONTO de vista do Ministro: os que podem devem custear o ensino universitário. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 08 dez. 1964. Primeira Seção. p. 7.

PRESOS na capital oito estudantes subversivos. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 12 abr. 1966. Primeira Seção. p. 16.

PROFESSOR do Colégio Militar será interventor na UMG. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 10 jul. 1964. Primeira Seção. p. 8.

PROTESTO contra a interdição do DCE. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 28 ago. 1966. Sétima Seção. p. 3.

REITORES lamentam morte do estudante. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 30 mar. 1968.p. 5.

RENOVAM-SE incidentes entre estudantes e polícia. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 16 mar. 1966. Primeira Seção. p. 14.

SECRETÁRIO de Segurança diz que impedirá manifestação com rigor. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 02 jun. 1967. p. 8.

SERÃO afastados da UMG professores e alunos indiciados: interventor convoca reunião do conselho para quinta-feira. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 11 jul. 1964. Primeira Seção. p. 6.

TROPAS militares ocupam todo o centro da cidade. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 27 jun. 1968. p. 12.

UM dia diferente na Assembleia. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 16 mar. 1966. Primeira Seção. p. 16.

UNE vai ser extinta pelo Ministro da Educação: Manifesto dos estudantes democratas a todo o país. Estudantes a favor do novo regime e contra a subversão na união dos estudantes. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 03jun. 1964. Segunda Seção. p.9

UNIVERSITÁRIO preso e atuado em flagrante no DVS: Distribuía pela madrugada boletins de fundo subversivo no centro da cidade. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 13 jun. 1964. Segunda Seção. p. 8.

VINTE e três estudantes presos. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 27 out. 1967. Segunda Seção. p. 8.

VIOLÊNCIA da polícia atinge os jornalistas. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 27 jun. 1968. p. 12.

VIOLÊNCIA seria desencadeada sem contemplações: cai em poder do ID-4 terrível plano comunista de Masorca. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 12 maio 1964. Segunda Seção. p. 8.



## REFERÊNCIAS

ABERS, Rebecca; BÜLOW, Marisa Von. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? **Sociologias**. Porto Alegre, n. 28, ano 13, p. 52 - 84. set./dez. 2011.

AFONSO, Almino. **Raízes do golpe**: da crise da legalidade ao parlamentarismo. São Paulo: Marco Zero, 1988. 147 p.

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. **Tropas em protesto**: o ciclo de movimentos reivindicatórios dos policiais militares brasileiros no ano de 1997. 2010. 472 p. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

ALONSO, Angêla. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Revista Lua Nova**. São Paulo, v. 76, p. 49 – 55. 2009.

ALONSO, Angêla; GUIMARÃES, Nadya Araújo. Entrevista com Charles Tilly. **Tempo Social**: revista de sociologia da USP. São Paulo, v. 16, n. 2, p. 289 - 297. Nov. 2004.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil** (1964 -1985). Bauru: Edusc, 2005. 423 p.

ANASTASIA, Carla Maria Junho. A Lei da Boa Razão e o novo repertório de ação coletiva nas Minas Setecentistas. **Varia História**. Belo Horizonte, n. 28, p. 29 - 38. Dez. 2002.

ARAÚJO, Maria Paula. **Memórias estudantis** – Da fundação da UNE aos nossos dias. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007. 291 p.

ARROYO, Michele Abreu. **Reabilitação urbana integrada e a centralidade da Praça da Estação**. 2004. 236f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

ASSUNÇÃO, Rosângela Pereira de Abreu. **DOPS/MG: Imaginário anticomunista e policiamento político** (1935 - 1964). 2006. 175 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

BANDEIRA, Moniz. **O Governo João Goulart**: As lutas sociais no Brasil. 1961-1964. Brasília: UNB, 1978. 187 p.

BANDEIRA, Moniz. **A renúncia de Jânio Quadros e a crise pré-64**. São Paulo: Brasiliense, 1979. 183 p.

BARROS, Edgard Luiz de. Construindo a ditadura. In: \_\_\_\_\_. **Os governos militares**. 3. Ed. São Paulo: Contexto, 1994. p. 17 – 32.

BOLLE, Willi. O centro da cidade como personagem de ficção. **Espaço & Debates**. São Paulo, n. 17, p. 130 – 137, 1986.

BOSCHI, Renato Raul. **A arte da associação**: Política de base e democracia no Brasil. Rio de Janeiro: Iuperj/Vértice, 1987. 199 p.

BRANDÃO, Lucas Coelho. **Os movimentos sociais e a Assembleia Nacional Constituinte de 1987 - 1988**: entre a política institucional e a participação popular. São Paulo. 2011. 328 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade de São Paulo, São Paulo.

BRINGEL, Breno. A busca de uma nova agenda de pesquisa sobre movimentos sociais e confronto político: diálogos com Sidney Tarrow. **Política e Sociedade**. v.10, n. 18, p. 51 - 73. Abril 2010.

BRINGEL, Breno; ESPÍNEIRA, Maria Victória. Movimentos sociais e política - releituras contemporâneas. **Caderno CRH**. Salvador, v. 21, n. 54, p. 419 - 422. Set./Dez. 2008.

CALDEIRA, Junia Marques. **Praça: Território de Sociabilidade** – Uma leitura sobre o processo de restauração da Praça da Liberdade, em Belo Horizonte. Campinas, 1998. 211 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988. 78 p.

CARLOS, Euzeneia. Contribuições da análise de Redes Sociais às Teorias de Movimentos Sociais. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, v. 19, n. 39, p. 153 - 166. Jan. 2011.

CARONE, Edgard. **Movimento operário no Brasil**. v. 2. São Paulo: Difel, 1981. 486 p.

CARVALHO, Marco Eliel Santos de. **A construção das identidades no espaço urbano**: a Praça Sete como representação da sociabilidade em Belo Horizonte. Belo Horizonte. 2005. 153 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

CAVALARI, Rosa Maria Feteiro. **Os limites do Movimento Estudantil** (1964 – 1980). Campinas, 1987. 297 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia e História da Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

CODATO, Adriano Nervo. O Golpe de 1964 e o Regime de 1968: aspectos conjunturais e variáveis históricas. **Revista História: Questões & Debates**, n. 40, pp.11-36, Curitiba: UFPR, 2004.

COUTO, Ronaldo Costa. **História indiscreta da ditadura e abertura**: Brasil 1964 – 1985. 4.ed. São Paulo: Record, 2003. 517 p.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. 1964: Temporalidade e Interpretações. In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ MOTTA, Rodrigo (Orgs). **O Golpe e a Ditadura Militar**: quarenta anos depois (1964-2004). Bauru, SP: EDUSC, 2004. p. 15 - 28.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **PTB: Do Getulismo ao reformismo (1945-1964)** São Paulo: Marco zero, 1983. 317 p.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. **Tempo**. Revista do Departamento de História da UFF, v. 28, p. 123-144, 2010.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves; PASSOS, Mauro. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960 – 1970). In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Orgs.). **O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 4. p. 93 – 131.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Frente Parlamentar Nacionalista: utopia e cidadania. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 14, n. 27, p. 61 – 71, 1994.

DIANI, Mario; BISON, Ivano. Organizações, Coalizões e Movimentos. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, n. 3, p. 219 - 250. Jan./Jul. 2010.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A Conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1981. 814 p.

DULCI, Otávio. **A UDN e o anti-populismo no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1986. 230 p.

FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 61 – 89.

FERNANDES, Florestan. O significado da ditadura. In: TOLEDO, Caio Navarro (Org.) **1964: visões críticas do golpe – democracia e reformas no populismo**. Campinas: UNICAMP, 1997.

FERREIRA, Jorge. **Jango: Uma biografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. 714 p.

FERREIRA, Jorge. Entre o comício e a mensagem: o presidente Goulart, as esquerdas e a crise política de março de 1964. In: AZEVEDO, Cecília et al (Orgs). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. 173 – 188.

FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n. 47, p. 181 – 212, 2004.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In:\_\_\_\_\_. DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Orgs.). **O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 343 – 404.

FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história:** Debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 380 p.

FERREIRA, Jorge. **Leonel Brizola, as esquerdas e a radicalização política no governo Goulart (1961-1964)**. Disponível em: <[http://www.brasa.org/documents/brasa\\_ix/Jorge-Ferreira.pdf](http://www.brasa.org/documents/brasa_ix/Jorge-Ferreira.pdf)>. Acesso em: 21 dez. 2012.

FICO, Carlos. **O grande irmão:** Da operação brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. 336 p.

FICO, Carlos. **Além do Golpe:** versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2004. 392 p.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibud. **Democracia ou reformas?** Alternativas democráticas à crise política: 1961 – 1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993. 209 p.

FLACKS, Dick. A questão da relevância nos estudos dos movimentos sociais. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Coimbra, n. 72, p. 45 - 66. Out. 2005.

FRANÇA, Vera Veiga. **Jornalismo e vida social:** A história amena de um jornal mineiro. Belo Horizonte: UFMG, 1998. 259 p.

FREITAS, Sérgio Ricardo. **Silenciados à força:** movimento estudantil na Universidade Católica (1964/1968). Belo Horizonte: Cuatiara, 1993. 68 p.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais:** Paradigmas clássicos e contemporâneos. 6 ed. São Paulo: Loyola, 2006. 383 p.

GOHN, Maria da Glória. Lutas e movimentos sociais. In:\_\_\_\_. **História dos movimentos e lutas sociais:** a construção da cidadania dos brasileiros. 3 ed. São Paulo: Loyola, 2003. p. 13 – 160.

GONÇALVES, Adilson José. A Ditadura das Imagens. In: **Revista Eletrônica do Arquivo do Estado**. n. 14, setembro de 2006. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao14/materia02/>>. Acesso em: 01 jul 2009.

GONZAGA, Milene Migliano. **Diálogos públicos no centro de Belo Horizonte:** Mapas de sentidos em comunicação urbana. 2009. 136 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Sociabilidade Contemporânea) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

GUIMARÃES, Plínio Ferreira. **A Guerrilha de Caparaó (1966 - 1967) e o pânico das populações residentes próximas ao Parque Nacional do Caparaó**. Disponível em: <[www.anpuh.uepg.br/xxiii-simpósio/PLÍNIO%20FERREIRA%20GUIMARÃES.pdf](http://www.anpuh.uepg.br/xxiii-simpósio/PLÍNIO%20FERREIRA%20GUIMARÃES.pdf)>. Acesso em: 10 jul. 2009.

HONNETH, Axel. **Lutar por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: 34, 1992. 291 p.

IANNI, Octávio. **O colapso do Populismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. 223 p.

JEANNENEY, Jean-Noel. A mídia. In: RÉMOND, René (Org). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

KAUCHAKJE, Samira. 35 anos de pesquisa sobre movimentos sociais: permanências e diversidades nas teses e dissertações realizadas na USP e UNICAMP. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, n. 3, p. 113 - 132. Jan./Jul. 2010.

LEMOS, Celina Borges. **Determinações do espaço urbano**: a evolução econômica, urbanística e simbólica do centro de Belo Horizonte. 1988. 407 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

LE VEN, Michel Marie; NEVES, Magda de Almeida. Belo Horizonte: Trabalho e sindicato, cidade e cidadania (1897 – 1990). In: DULCI, Otávio Soares; NEVES, Magda de Almeida (Coord). **Belo Horizonte: Poder, Política e Movimentos Sociais**. Belo Horizonte: C/Arte, 1996. p. 75 – 106.

LISPECTOR, Clarice. **A descoberta do mundo**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1994. 781 p.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111 – 153.

MAIA, Rousiley C. Atores da sociedade civil e ação coletiva: Relações com a comunicação de massa. **Revista Lua Nova**. São Paulo, v. 76, p. 87 - 118. 2009.

MARTINS FILHO, José Roberto (Org.). **1968: Faz 30 anos**. Campinas/São Paulo: Fasesp/Mercado das Letras, 1998. 166 p.

MARTINS FILHO, José Roberto. **Movimento Estudantil e Ditadura Militar** (1964 - 1968). Campinas: Papyrus, 1987.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney. Movimentos Sociais e Eleições: por uma compreensão mais ampla do contexto político da contestação. **Revista Sociologias**. Porto Alegre, n. 28, ano 13, p. 18 - 51. set./dez. 2011.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. **Revista Lua Nova**. São Paulo, v. 76, p. 11 – 48. 2009.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. **Dynamics of contention**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. 412 p.

MELO, Andreia Skackaukas de. **Burocratização e Institucionalização das Organizações de Movimentos Sociais**: O caso da organização de prostitutas Davida.

Belo Horizonte. 2007. 118 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

MELO JUNIOR, João Alfredo Costa de Campos. A ação coletiva e seus intérpretes. **Pensamento Plural**. Pelotas, n. 1, ano 1, p. 65 - 87. Jul./Dez. 2007.

MELO JUNIOR, João Alfredo Costa de Campos. Fronteiras em diálogo: Edward Thompson e Charles Tilly. **Revista de Teoria da História**. Goiânia, v. 4, ano 2, p. 117 - 133. 2010.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais?. **Revista Lua Nova**. São Paulo, n. 17, p. 49 - 66. 1989.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Culturas Políticas na História: Novos Estudos**. Belo Horizonte: Argumentvm, 2009. p. 13 - 37.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. João Goulart e a crise de 1964 no traço da caricatura. REIS, DANIEL Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **O Golpe e a ditadura militar: 40 anos depois**. São Paulo: EDUSC, 2004.p. 179 - 201.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Desenvolvimento político e a crise da aliança populista. In: \_\_\_\_\_. **Desenvolvimento e crise no Brasil**. 10 ed. São Paulo: Brasiliense, 1980. p. 95 - 121.

POENER, Arthur. A Rebelião dos Jovens Contra a Ditadura. In: \_\_\_\_\_. **O poder Jovem: História da participação política dos estudantes brasileiros**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.p. 235 - 257.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. 84 p.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (Orgs). **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964 - 2004)**. Bauru: EDUSC, 2004. p. 29 - 52

REIS FILHO, Daniel Aarão. 1968, o curto ano de todos os desejos. In: VIEIRA, Maria Alice; GARCIA, Marco Aurélio (Orgs). **Rebeldes e Contestadores: 1968 Brasil, França e Alemanha**. São Paulo: Perseu Abramo, 1999. p. 61 - 71.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro: Os comunistas no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. 200 p.

RENNÓ, Lucio R. Estruturas de Oportunidade Política e Engajamento em Organizações da Sociedade Civil: Um estudo comparado sobre a América Latina. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, n. 21, p. 71 - 82. Nov. 2003.

RIDENTI, Marcelo. Breve recapitulação de 1968 no Brasil. In: VIEIRA, Maria Alice; GARCIA, Marco Aurélio (Orgs). **Rebeldes e Contestadores: 1968 Brasil, França e Alemanha**. São Paulo: Perseu Abramo, 1999. p. 55 - 60.

ROLLAND, Denis. 1968 do Rio a Paris, história e memória: registros de sentido e amnésias locais da história comparada. In: AZEVEDO, Cecília et al (Orgs). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. 419 – 441.

ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Orgs.). **O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 4. p. 43 – 91.

SANFELICE, José Luis. **Movimento Estudantil, A UNE na Resistência ao Golpe de 64**. São Paulo. Cortez, 1986. 276 p.

SANTANA, Flávia de Angelis. **Atuação política do Movimento Estudantil no Brasil: de 1964 a 1984**. São Paulo. 2007. 248 f. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Sessenta e quatro: Anatomia da crise**. São Paulo: Vértice, 1986. 196 p.

SILVA, Francisco Teixeira da. A modernização autoritária do golpe militar à redemocratização 1964/1984. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História geral do Brasil**. 9 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 351 – 384.

SILVA, Maria Elizabeth Corrêa Campos e. **Ideário do Movimento Estudantil de Belo Horizonte entre 1964 e 1968: Utopias e desencantos**. 2001. 147 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SKIDMORE, Thomas. Nova Era de Vargas (1951 – 1954). In: \_\_\_\_\_. **Brasil De Getúlio a Castelo** (1930 – 1964). 13 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003. p. 110 – 180.

SKIDMORE, Thomas. Epílogo. In: \_\_\_\_\_. **Brasil De Getúlio a Castelo** (1930 – 1964). 13 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003. p. 367 – 388.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil De Castelo a Tancredo** (1964 - 1985). 8 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. 608 p.

SOMARRIBA, Maria das Mercês Gomes; VALADARES, Maria Gezica; AFONSO, Mariza Rezende. Crise urbana, estado e movimentos reivindicatórios em Belo Horizonte. In: \_\_\_\_\_. **Lutas urbanas em Belo Horizonte**. Petrópolis/Belo Horizonte: Vozes/Fundação João Pinheiro, 1984. p. 25 – 29.

STARLING, Heloísa Maria Murgel. **Os Senhores das Gerais: Os Novos Inconfidentes e o Golpe Militar de 1964**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1986. 375 p.

SWIDLER, Ann. Cultural Power and Social Movements. In: JOHNSTON, H.; KLANDERMANS, B. (Orgs). **Social Movements and Culture**. Mineapolis: University of Minnesota Press, 1995.

TARROW, Sidney. Cycles of Collective Action: Between Moments of Madness and the Repertoire of Contention. In: TRAUGOTT, Mark (Org.). **Repertoires and cycles of collective action**. Durham: Duke University Press, 1995.

TARROW, Sidney. **Power in Movement**. Cambridge: University Press, 1994. 332 p.

TILLY, Charles. Movimentos sociais como política. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, n. 3, p. 133 - 160. Jan./Jul. 2010.

TILLY, Charles. Contentious Repertoires in Great Britain, 1758 - 1834. In: TRAUGOTT, Mark (Org.). **Repertoires and cycles of collective action**. Durham: Duke University Press, 1995.

TILLY, Charles. **Theory and Society**. Cambridge: Harvard University Press, 1977.

TILLY, Charles. **Regimes and repertoires**. Chicago: University of Chicago Press, 2006.

TILLY, Charles. **Social movements, 1768 - 2004**. Boulder, Colorado: Paradigm Publishers, 2004.

TOLEDO Caio Navarro. **O governo Goulart e o Golpe de 1964**. São Paulo: Brasiliense, 1981. 123 p.

TOLEDO Caio Navarro de (Org.). **1964: Visões críticas do golpe**. Campinas: UNICAMP, 1997. 168 p.

VALLE, Maria Ribeiro do. **1968: O Diálogo é a Violência: movimento estudantil e ditadura militar no Brasil**. Campinas: Unicamp, 1999. 269 p.

VENTURA, Zuenir. **1968: O Ano Que Não Terminou**. Rio de Janeiro: Círculo do Livro, 1988. 314 p.

VIEIRA, Margarida Luiza de Matos. 68: Os estudantes mineiros e o desejo de um novo mundo. In: MARTINS FILHO, José Roberto. **1968: Faz 30 anos**. Campinas/São Paulo: Fasesp/Mercado das Letras, 1998. p. 77 -93.